



DIÁRIO

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - SUPLEMENTO 'B' AO Nº140

SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

MENSAGEM

Nº 410, DE 1995 - CN

(nº 934/95, na origem)

PROJETO DE LEI

Nº 36, DE 1995 - CN

EXEMPLAR ÚNICO

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências.

(VOLUME II)

EXEMPLAR ÚNICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL
1996 — 1999

AÇÕES E PROJETOS

Anexo à Mensagem Presidencial que encaminha ao Congresso Nacional o
Projeto de Lei do Plano Plurianual de 1996-1999

AÇÕES E PROJETOS DO PLANO PLURIANUAL 1996 - 1999

Anexo à Mensagem Presidencial que encaminha ao Congresso Nacional o
Projeto de Lei do Plano Plurianual de 1996-1999

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ESTRUTURA DO PLANO | 01 |
| AÇÕES E PROJETOS DO PLANO PLURIANUAL | 03 |
| infra-estrutura econômica | 03 |
| <i>transportes</i> | 05 |
| <i>energia</i> | 14 |
| <i>comunicações</i> | 18 |
| recursos hídricos | 23 |
| agricultura | 28 |
| indústria e comércio exterior | 32 |
| turismo | 37 |
| ciência e tecnologia | 38 |
| meio-ambiente | 41 |
| desenvolvimento social | 44 |
| <i>programa comunidade solidária</i> | 46 |
| <i>previdência</i> | 47 |
| <i>assistência social</i> | 48 |
| <i>saúde</i> | 49 |
| <i>educação</i> | 51 |
| <i>saneamento</i> | 57 |
| <i>habitação</i> | 59 |
| <i>desenvolvimento urbano</i> | 61 |
| <i>trabalho</i> | 63 |
| cultura, justiça, segurança e cidadania | 65 |
| estado e administração pública | 69 |
| defesa nacional | 71 |
| APÊNDICE (mapas) | 73 |

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL

A metodologia de elaboração do Plano Plurianual para o período 1996-99 (PPA 1996-99) incorporou prioridades definidas a partir de uma visão inter-setorial do país, com vistas a evitar desperdícios de esforços e recursos públicos.

A programação dos dispêndios foi precedida por amplo processo de discussão no âmbito do Governo Federal, definindo-se, numa primeira etapa, as estratégias e diretrizes gerais da ação governamental e, numa segunda etapa, as ações e projetos para a sua implantação.

Esse trabalho foi desenvolvido nos meses de maio e junho do corrente ano, envolvendo quatorze Comitês Temáticos compostos por técnicos das áreas de planejamento dos ministérios setoriais.

Foram definidas três *Estratégias* gerais que deverão nortear a atuação do Governo no período do PPA 1996-99:

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO MODERNO E EFICIENTE

REDUÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS ESPACIAIS E SOCIAIS

INSERÇÃO COMPETITIVA E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA

Associadas a essas *estratégias* foram também definidas, em consonância com a necessidade de consolidação da estabilização econômica, as 23 *Diretrizes da Ação do Governo* e um conjunto de ações e projetos prioritários.

Cada órgão setorial detalhou a programação para o período 1996-1999, estabelecendo objetivos, metas e estimativas de dispêndios. Posteriormente, foi feita a avaliação e a consolidação, tendo em vista a compatibilização com a disponibilidade de recursos.

De acordo com o art. 165 da Constituição Federal, estruturou-se o Projeto de Lei do PPA 1996/99 com a indicação das *Diretrizes da Ação do Governo* e os *Objetivos e Metas da Administração Pública Federal*, consolidados segundo grupos temáticos e associados a *Ações e Projetos*.

Na Mensagem Presidencial foram incluídos empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social do País, mas que transcendem ao conteúdo da lei do PPA, por não serem executados por órgãos federais.

Os dispêndios com os projetos e ações constantes da lei do PPA 1996-1999 e as prováveis fontes de financiamento foram também registrados neste documento anexo à referida Mensagem Presidencial. Tais informações não são exigidas pela Constituição, mas são importantes para os legisladores, servindo de orientação às alocações de recursos públicos e privados ao longo do período de vigência do Plano.

As propostas do PPA sinalizaram a possibilidade de parcerias com Estados e Municípios e com setor privado para a realização de empreendimentos que não se viabilizariam se dependessem apenas de recursos da União ou das empresas estatais federais. A elevação dos níveis de investimentos no País nos próximos anos deverá se dar, principalmente, pela maior presença da iniciativa privada na recuperação da infra-estrutura e ampliação dos serviços públicos básicos. O Plano é, portanto, um instrumento balizador da ação governamental e demonstrativo das intenções do Governo para as agências de financiamento público e externo.

AÇÕES E PROJETOS DO PLANO PLURIANUAL

São apresentadas a seguir considerações sobre as ações e os projetos constantes do Projeto de lei do PPA, incluindo estimativas sobre custo total e formas de financiamento (expressos em reais médios de 1996). Os dados estão distribuídos segundo áreas de ação. Foram considerados determinados projetos e ações que, embora não estejam no Projeto de Lei, merecem atenção como fatores importantes para o desenvolvimento do País.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Nos últimos anos o País sofreu um processo de deterioração da infra-estrutura econômica básica, com reflexos importantes na perda de eficiência do sistema produtivo. A falência do modelo institucional e de financiamento da infra-estrutura, centralizado no Estado, foi o principal fator responsável por isso.

O setor mais afetado foi o de transportes, com forte degradação do patrimônio instalado e perda de eficiência operacional dos vários sistemas. Este é, atualmente, um dos principais gargalos para a competitividade da economia e abertura de novas fronteiras de desenvolvimento. Na área de energia elétrica, a crise se manifestou na incapacidade financeira das empresas estatais de dar continuidade ao programa de obras de geração e transmissão. Mesmo nas telecomunicações a capacidade de investimento do Estado não tem sido suficiente para suprir de forma adequada as demandas da sociedade, tanto no que se refere à provisão dos serviços básicos à população como à oferta de novos serviços para o setor produtivo.

É objetivo prioritário do governo reverter essa situação. A ação mais importante será a implantação de um novo modelo de gestão, expansão e financiamento da área de infra-estrutura. Isto exige reformas estruturais e maior descentralização de atribuições para outras esferas de governo e setor privado, via parcerias, concessões e privatizações.

Desobstruir o caminho para os investimentos em infra-estrutura significa enfrentar duas questões. De um lado, eliminar os entraves legais que dificultam o atendimento das necessidades do País em termos de prazos, custos e realização efetiva dos projetos. De outro, utilizar instrumentos - por exemplo, seguros de "performance" - que darão ao poder público a segurança da prestação do serviço e permitirão encontrar novas formas de financiamento da infra-estrutura ("project finance").

Estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos em infra-estrutura econômica da ordem de R\$ 85,7 bilhões a serem financiados com recursos fiscais e das empresas estatais, financiamentos externos e internos, e com recursos de Estados, Municípios e do setor privado, conforme mostrado a seguir.

TABELA 1
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

R\$ milhões

| discriminação | total | fiscal | fontes de financiamento | | | outros |
|---------------|---------------|--------------|-------------------------|---------------|--------------|---------------|
| | | | externo | privado | est./munic. | |
| transporte | 13.419 | 5.739 | 2.584 | 2.544 | 675 | 1.877 (1) |
| energia | 38.559 (2) | 34 | 8.275 | 11.410 | 4.489 | 14.351 (3) |
| comunicações | 33.743 | 0 | 0 | 16.135 | 45 | 17.563(4) |
| TOTAL | 85.721 | 5.773 | 10.859 | 30.089 | 5.209 | 33.791 |

(1) recursos próprios do sistema (R\$ 977 milhões) e financiamento externo (R\$ 900 milhões)

(2) inclui recursos privados e de estatais no valor de R\$ 8.900 milhões relativos a empreendimentos que não constam de Projeto de Lei

(3) R\$ 1.008 milhões correspondentes a financiamento interno e R\$13 bilhões a autofinanciamento

(4) autofinanciamentos e financiamentos

Três projetos do Estado do Rio de Janeiro são também representativos da orientação governamental: Porto de Sepetiba, Teleporto e Desenvolvimento e Aproveitamento do Gás e Óleo de Campos. Nos quatro anos de vigência do Plano serão necessários

investimentos da ordem de R\$ 4,5 bilhões, que só se viabilizarão num contexto de parceria como estão sendo estruturados.

Outro exemplo refere-se à ferrovia TRANSNORDESTINA. Construída a ferrovia, a região passaria a dispor de um eixo integrado de desenvolvimento e escoamento da produção em forma de ípsilon, constituído pela Hidrovia do São Francisco e, a partir de Petrolina, pelos dois grandes ramais ferroviários: Petrolina-Salgueiro-Porto de Suape e Salgueiro-Missão Velha-Fortaleza. Vale ressaltar que a implantação dessa ferrovia só se viabilizará plenamente se o setor privado participar ativamente de sua construção, recuperação e exploração comercial.

TRANSPORTES

O Governo tem como propósito viabilizar a recuperação, modernização e conservação das malhas, sistemas e serviços, sendo prioritária a consolidação de corredores inter-modais, que permitam a redução do custo do frete e a diminuição dos elevados dispêndios com manutenção de rodovias. Para tanto, será importante redistribuir os encargos da gestão da malha viária nacional para os Estados e contar com o concurso da iniciativa privada para a realização de investimentos.

Nesse sentido, será promovida atualização do Sistema Nacional de Viação (SNV), a fim de estabelecer os princípios e diretrizes básicas do setor e redefinir as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à Malha Viária Nacional.

Serão transferidos para o setor privado cerca de 8.000 km de rodovias pavimentadas em estado adequado de conservação, sendo necessários investimentos prévios da ordem de R\$ 1,5 bilhão, dos quais pelo menos R\$ 1,0 bilhão serão obtidos junto ao Banco Mundial e ao BID.

Complementarmente, serão ampliadas concessões para a iniciativa privada de exploração e operação de rodovias federais, incluindo, além de trechos das BR-040, 101, 116 e 290 - em fase adiantada do processo de concessão - mais 20 trechos rodoviários, totalizando cerca de 7.500 km. Estima-se que em razão dessas concessões o setor público se desobrigará, no período do PPA, de dispêndios da ordem de R\$ 1,5 bilhões, correspondentes aos investimentos nessas rodovias.

No setor ferroviário, a concessão ao setor privado das malhas atualmente controladas pela RFFSA deverá criar as condições necessárias para sua recuperação, modernização e expansão. Os investimentos necessários para recuperação e modernização dos trechos mais importantes demandarão recursos da ordem de *R\$ 1,2 bilhão*. Tais investimentos foram considerados no Projeto de Lei do PPA, onde a RFFSA aporta uma parcela menor dos recursos necessários e o setor privado o restante. Adicionalmente, alguns projetos nessa área deverão ser implantados pelo Governo Federal ou receberão seu apoio indireto, através da concessão de aval ou financiamento de bancos oficiais.

Ainda na área de transportes será consolidado o processo de modernização dos portos e sua concessão à área privada. Esta abertura, aliada à implantação da Lei dos Portos (Lei n/ 8.630/93) é de fundamental importância para a redução do "Custo Brasil".

PRINCIPAIS AÇÕES DE CARÁTER GERAL NA ÁREA DOS TRANSPORTES

ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIAÇÃO - SNV

CONCESSÃO DE FERROVIAS FEDERAIS

CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

CONCESSÃO DE PORTOS

IMPLANTAÇÃO DA LEI DOS PORTOS (Lei n/ 8.630/93)

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA

Os investimentos constantes do PPA na área dos transportes foram definidos tendo como referência eixos estruturadores do desenvolvimento.

Na região Norte, foram identificados projetos que otimizam o sistema de transportes pela utilização dos diversos modais disponíveis. São investimentos em rodovias, hidrovias e ferrovias, que integram a região ao resto do País e ao exterior, reduzindo os custos de frete e ampliando as perspectivas de desenvolvimento. Os principais projetos são os seguintes:

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO NORTE

restauração/reconstrução de trechos rodoviários

BR-364 - São Simão/Cuiabá/Rio Branco/Sena Madureira

BR-153 - Araguaína/Divisas SP e PR

adequação e construção de trechos rodoviários

BR-174 - Manaus/Caracará/Fronteira Venezuela

BR-317 - Rio Branco/Assis Brasil

BR-401 - Boa Vista/Fronteira Guiana

BR-230 - Marabá/Altamira/Itaituba (Transamazônica)

BR-153 - Marabá/São Geraldo (interligação Hidrovia Araguaia)

BR-425 - Abunã/Guajará-Mirim

hidrovias

HIDROVIAS DO ARAGUAIA E DO TOCANTINS

HIDROVIA DO RIO MADEIRA

ferrovias

FERROVIA NORTE-SUL (conclusão do trecho Imperatriz/Estreito)

No Nordeste, a tônica serão os investimentos para ampliar as condições de movimentação de entrada e saída de cargas e o aumento da eficiência do sistema de transportes como um todo, com vistas à maior competitividade da produção nordestina nos mercados interno e externo.

São previstos investimentos: nas malhas de transporte troncais da região, incluindo a restauração e reconstrução de rodovias integradoras e a conformação de corredor de transportes intermodal, baseado na revitalização da Hidrovia do São Francisco; e na modernização e ampliação da malha ferroviária da região, particularmente pela implantação da TRANSNORDESTINA - a ser executada em parceria com o setor privado - de forma simultânea com a modernização da ligação ferroviária Salgueiro - Recife e Missão Velha - Fortaleza.

Os principais projetos de transporte considerados no PPA são os seguintes:

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE NA REGIÃO NORDESTE

restauração/reconstrução de trechos rodoviários

- BR-020/242 - Argoin/Brasília
- BR-101 - Entroncamento BR-324/Recife
- BR-116 - Entroncamento BR-324/Governador Valadares
- BR-135 - Barreiras/Entroncamento BR-324
- BR-407 - Entroncamento BR-324/Picos

adequação e construção de trechos rodoviários

- BR-230 - Balsas/Florianópolis
-

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE NA REGIÃO NORDESTE (cont.)

hidrovias

HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO

ferrovias

FERROVIA NORTE-SUL (conclusão do trecho Imperatriz/Estreito)

TRANSNORDESTINA

portosPORTO DE SUAPE

Os investimentos projetados para o Centro-Oeste concentram-se, sobretudo, no fortalecimento dos meios de transporte necessários para o melhor escoamento da produção das áreas de desenvolvimento agropecuário e agro-industrial integrantes do chamado cerrado setentrional brasileiro, bem como das áreas de expansão recente da fronteira agrícola do País, articulando os Estados do Acre e Rondônia com os Estados da Região Centro-Sul e Sul, passando pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tais investimentos previstos permitirão a redução nos custos dos fretes até o Porto de Ponta da Madeira/São Luiz, favorecendo alternativas econômicas de intermodalidade no transporte de cargas. Deve-se propiciar, ainda, mediante obras de restauração, boas condições de tráfego nos principais eixos de ligação entre as regiões Norte e Centro-Oeste/Sudeste/Sul. Os principais projetos considerados são:

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE NA REGIÃO CENTRO-OESTE

restauração/reconstrução de trechos rodoviários

BR-364 - São Simão/Cuiabá/Rio Branco

BR-153 - Araguaína/Divisas SP e PR

BR-020/242 - Argoin/Brasília

BR-070 - Cuiabá/Barra do Garça

BR-163 - Rondonópolis/Entroncamento BR-267

BR-163 - Cuiabá/Santarém (acesso Alta Floresta)

BR-060 - Jataí/Goiânia

BR-267 - Entroncamento BR-163/Presidente Prudente

adequação e construção de trechos rodoviários

BR-060 - Brasília/Goiânia (duplicação)

hidrovias

HIDROVIA DO ARAGUAIA - TOCANTINS

HIDROVIA PARANÁ-PARAGUAI

ferrovias

FERRONORTE (trecho Aparecida do Taboado/Alto Araguaia) *

PONTE RODOFERROVIÁRIA (Rubinéa/Aparecida do Taboado)

* não consta do Projeto de Lei -a ser implantado com recursos privados

Na região Sudeste os empreendimentos previstos compreendem, basicamente, obras de adequação de capacidade e restauração de cerca de 800 km em rodovias troncais com tráfego médio diário entre 2 a 5 mil veículos. Além disso, o processo de concessão/privatização

da malha ferroviária federal (SR 2, SR 3 e SR 4) abrirá importante frente de investimentos privados nos sistemas ferroviários da região.

Em relação aos portos existentes ressaltam os investimentos no Porto de Sepetiba, não tanto pelo montante de recursos federais aportados, mas especialmente pelo novo modelo de parceria setor público/setor privado que se implantará no empreendimento. Trata-se de um porto que dispõe de excelentes condições naturais e geográficas e de possibilidades de expansão a custos baixos, num esquema de financiamento partilhado entre o Estado e a iniciativa privada. Constitui uma alternativa natural para expansão do sistema portuário do Rio de Janeiro e do país. Estima-se que o empreendimento possa atrair investimentos privados da ordem de R\$ 1,5 bilhão para as áreas adjacentes ao porto, gerando mais de 50 mil empregos.

Os principais projetos são os seguintes:

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE NA REGIÃO SUDESTE

restauração/reconstrução de trechos rodoviários

- BR-116 - Governador Valadares/Entroncamento BR-324
- BR-262 - Vitória/Divisas MG e SP
- BR-267 - Entroncamento BR-163/Presidente Prudente
- BR-381 - Belo Horizonte/Governador Valadares

adequação e construção de trechos rodoviários

- BR-116/376/101 - São Paulo/Florianópolis (duplicação)
 - BR-381 - Belo Horizonte/São Paulo (duplic. Fernão Dias)
 - BR-050 - Uberlândia/Divisa MG-SP (duplicação)
 - BR-040 - Sete Lagoas/Belo Horizonte (duplicação)
-

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE NA REGIÃO SUDESTE (cont.)

adequação e construção de trechos rodoviários (cont.)

BR-040 - Santos Dumont/Ressaquinha

BR-262 - Acesso Sul de Vitória

BR-251 - Salinas/Entroncamento BR-116

hidrovias

HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO

ferrovias

FERRONORTE (trecho Aparecida do Taboado/Alto Araguaia) *

PONTE RODOFERROVIÁRIA (Rubinéa/Aparecida do Taboado)

portos

PORTO DE SEPETIBA

* não consta do Projeto de Lei - a ser implantado com recursos privados.

Os investimentos previstos no Sul do país visam adequar as malhas de transporte intermodais necessárias à maior integração entre as regiões Sudeste e Sul do País. Os investimentos serão feitos em rodovias e hidrovias integradoras, incluindo obras de duplicação, restauração e reconstrução, em ferrovias e nos principais portos da Região.

Os principais investimentos no Sul são os seguintes:

PRINCIPAIS PROJETOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUL

restauração/reconstrução de trechos rodoviários

- BR-116 - Porto Alegre/Jaguarão
- BR-153 - Divisas PR e SP/Araguaína
- BR-277 - Foz do Iguaçu/Paranaguá
- BR-282 - Florianópolis/São Miguel D'Oeste
- BR-285 - Passo Fundo/São Borja
- BR-290 - Porto Alegre/Uruguaiana

adequação e construção de trechos rodoviários

- BR-116/376/101 - São Paulo/Florianópolis (duplicação)
- BR-101 - Florianópolis/Osório (duplicação)
- BR-376 - Mandaguai/Ponta Grossa (duplicação)
- BR-386 - Tabaí/Canoas e Lajeado/Estrela
- PONTE INTERNAC. BRASIL/ARGENTINA (São Borja/San Tomé)

hidrovias

HIDROVIA PARANÁ-PARAGUAI

ferrovias

FERROESTE (trechos Cascavel/Guaíra e Guaíra/Dourados) *

portos

PORTO DE PARANAGUÁ
PORTO DE RIO GRANDE

* não consta do Projeto de Lei - a ser implantado com recursos estaduais.

ENERGIA

Como já foi explicado, o modelo de expansão do setor elétrico, baseado quase que exclusivamente nos investimentos estatais, apresenta hoje claros sinais de insuficiência. Para uma necessidade mínima de investimentos de R\$ 6 bilhões anuais, o setor só tem conseguido realizar em torno de R\$ 4,5 bilhões, ocorrendo atraso generalizado na execução dos projetos. Da mesma forma, os investimentos realizados na área de petróleo ao longo dos últimos anos têm estado abaixo do mínimo necessário para o aproveitamento das potencialidades do País, considerando-se, especialmente, o objetivo de aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Ao lado da escassez de recursos públicos, tem havido outra barreira à expansão do setor: o arcabouço legal e institucional, que impõe dificuldades à descentralização das iniciativas e dos investimentos setoriais.

Para reverter essa situação, o Governo Federal vem desenvolvendo ações, que deverão ser ampliadas e aprofundadas nos próximos anos. Deve-se evoluir de um modelo centralizado, com forte presença de empresas estatais, para formas mais flexíveis e competitivas, abertas à participação da iniciativa privada. As linhas básicas do novo modelo institucional do setor, pautadas no incentivo à eficiência e à garantia da capacidade de financiamento da expansão, são as seguintes:

LINHAS BÁSICAS DO NOVO MODELO INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO

- quebra da verticalização das funções de geração, transmissão e distribuição;
 - competição na geração e na distribuição e livre acesso na transmissão, que será neutra e não discriminatória;
 - permanência da transmissão sob controle do Estado, em razão da complexidade de operação dos sistemas interligados e de ser área de monopólio natural, essencial para garantir a concorrência nos sistemas de geração e distribuição, a serem privatizados;
 - garantia de livre acesso dos grandes consumidores à rede de distribuição (concorrência no fornecimento); e
 - planejamento indicativo para a expansão da geração e compulsório para a expansão da malha de transmissão.
-

Baseado na Lei das Concessões, o Governo Federal tem atuado com firmeza para promover as mudanças necessárias. As concessões para aproveitamentos hidrelétricos, que eram distribuídas às empresas por áreas geográficas de atuação, têm sido revistas. As concessões existentes para obras de geração ainda não iniciadas, totalizando 17.800 MW de potência e 33 aproveitamentos, foram extintas e serão colocadas em licitação. As concessões para as 17 usinas em construção, totalizando 8.008 MW de potência, algumas em ritmo muito lento ou paralisadas, serão mantidas, mas monitoradas pelo Governo. Caso haja flagrante incapacidade das empresas em levantar recursos para executar os projetos no ritmo adequado, será exigida a participação de capitais privados. Novas concessões serão colocadas em licitação no período 96/99, obedecendo ordem de prioridade e condições que atendam ao interesse público.

As condições básicas para o estabelecimento de mercado competitivo de energia elétrica para cargas de maior porte serão viabilizadas por três fatores: (i) criação do Sistema Nacional de Transmissão de Energia - SINTREL; (ii) fixação das bases legais para a operação do produtor independente e para a formação de consórcios entre auto-produtores e concessionários; e (iii) possibilidade legal do consumidor com carga maior do que 10 MW e

tensão maior do que 69kV contratar livremente a energia elétrica com o fornecedor que lhe ofereça maiores vantagens.

O objetivo maior do Governo ao adotar essas medidas é garantir o adequado abastecimento do mercado, viabilizando a expansão da potência instalada de energia elétrica de 55 mil MW em 1995 para cerca de 80 mil MW no início da próxima década, com a correspondente ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição de energia. As prioridades serão:

PRIORIDADES PARA OS INVESTIMENTOS EM ENERGIA ELÉTRICA

- equacionamento do abastecimento de energia para os sistemas isolados da região norte
 - fortalecimento dos sistemas de transmissão na região nordeste
 - ampliação da capacidade de geração no sistema interligado sul/sudeste/centro-oeste
 - interligação do sistema sul/sudeste/centro-oeste com o sistema norte/nordeste.
-

No setor petrolífero, a eliminação dos monopólios das empresas estatais no petróleo e na distribuição do gás canalizado carreará mais recursos para investimentos, redefinindo-se o papel da Petrobrás num ambiente mais competitivo e viabilizando-se a ampliação significativa da oferta de petróleo e gás natural. O parque de refino deverá ser ampliado, sofrendo adaptações em função do maior processamento de petróleo nacional. A produção interna de petróleo e gás natural deverá atingir, em 1999, 1,4 milhões de barris /dia e 35, 7 milhões de m³/dia, respectivamente. A capacidade de refino deverá alcançar naquele ano mais de 2,0 milhões de barris/dia.

A descentralização e a desestatização em curso no setor energético demandará um papel mais ativo do Governo como regulador, coordenador e fiscalizador, funções que tem

exercido de forma precária. Para tanto, o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DNAEE e o Departamento Nacional de Combustíveis - DNC deverão ser reestruturados e reaparelhados.

As ações para conservação e uso racional de energia serão aprimoradas e intensificadas, através da execução do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL e do Programa Nacional de Derivados de Petróleo e Gás Natural - COMPET.

O Governo atuará, ainda, no sentido de garantir o provimento de energia às regiões não atendidas pelo sistema convencional, por meio de microssistemas descentralizados, permitindo o acesso de populações rurais carentes e isoladas à educação, saúde, água, alimentos e a melhores processos produtivos. Especial ênfase será dada aos sistemas isolados pioneiros para a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento, incluindo o apoio ao desenvolvimento de fontes energéticas alternativas.

A seguir são listados, por região, os principais projetos na área de energia a serem implementados no período de vigência do PPA:

PRINCIPAIS PROJETOS DE ENERGIA

região norte

UHE TUCURUÍ II

UHE SAMUEL

UHE LAGEADO *

UHE SERRA QUEBRADA *

LINHA DE TRANSMISSÃO DE GURI **

TERMELÉTRICA - GÁS NATURAL DE URUCU

LINHA DE TRANSMISSÃO DE TUCURUI-OESTE DO PARÁ

* não consta do Projeto de Lei - a ser implantado com recursos privados

** não consta do Projeto de Lei - modelo institucional indefinido

PRINCIPAIS PROJETOS DE ENERGIA (cont.)

região nordeste

UHE XINGÓ (motorização)
SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE
NOVA REFINARIA

região centro-oeste

UHE MANSO *
UHE SERRA DA MESA *
UHE CORUMBÁ
UHE CANA BRAVA *
GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

região sudeste

USINA TERMONUCLEAR ANGRA II
UHE CANOAS I *
UHE CANOAS II *
UHE PORTO PRIMAVERA *

região sudeste (cont.)

UHE MIRANDA *
UHE IGARAPAVA *
GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA
APROVEITAMENTO GÁS E ÓLEO DE CAMPOS

região sul

USINA TERMELÉTRICA (UTE) J. LACERDA IV
USINA TERMELÉTRICA (UTE) ITÁ
USINA TERMELÉTRICA (UTE) JACUI
UHE MACHADINHO
UHE GARABI (BINACIONAL ARGENTINA)
UHE SALTO CAXIAS *
UHE SÃO JERÔNIMO *
UHE DE DONA FRANCISCA *
GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

* não consta do Projeto de Lei - a ser implantado com participação de recursos privados ou de estatais estaduais

COMUNICAÇÕES

Em decorrência, principalmente, de restrições na capacidade de investimento das empresas estatais, o avanço das telecomunicações no País não tem sido suficiente para atender, de forma adequada, à demanda por serviços básicos de telefonia e para acompanhar, na velocidade necessária, as transformações pelas quais vem passando o setor no mundo. Tais transformações, baseadas na eletrônica, opto-eletrônica e informática, têm permitido uma

notável diversificação de produtos e serviços, com impacto acentuado na melhoria das condições de vida das populações e aumento da competitividade das economias.

O Brasil apresenta hoje uma densidade telefônica muito baixa, da ordem de 8,4 terminais por 100 habitantes, o que o coloca no 40º lugar no *ranking* mundial, atrás de Países como Argentina, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Chile e México. Além disso, o atendimento por meio do serviço telefônico residencial está concentrado nas famílias de mais alta renda, sendo insignificante o grau de penetração dos serviços nas faixas menos favorecidas da população: cerca de 80% das residências e 90% das propriedades rurais não dispõem de telefone. São observados, também, atrasos significativos na difusão de serviços sofisticados demandados pelas grandes empresas.

Na área de telecomunicações serão necessários investimentos da ordem de *R\$ 31,0 bilhões* no período 1996/99 para recuperação do atraso relativo do País, ou seja uma média anual mais de duas vezes superior ao que tem sido aplicado pelo País ao longo dos últimos anos. Isto somente será possível com a participação expressiva da iniciativa privada, uma vez que as empresas do Sistema Telebrás, mantida a capacidade de investimento demonstrada nos últimos anos, poderão realizar pouco mais de 50% desse total.

O esforço de investimento projetado pelo Governo permitirá dobrar a atual planta de telecomunicações, construída ao longo de mais de 20 anos, elevando o número de terminais telefônicos instalados (acessos) de 14,2 para mais de 33 milhões no final da década, com a ampliação dos sistemas de telefonia móvel, rural e urbana, e diversificação das alternativas para tornar os serviços de telecomunicações mais acessíveis à população. Da mesma forma será possível avançar na modernização tecnológica e difusão dos serviços essenciais para a competitividade da economia, como o de transmissão de dados em alta velocidade.

O programa de telecomunicações visa dotar o País em 1999 da seguinte estrutura de serviços:

em milhares de unidades

| SERVIÇOS | TOTAL |
|----------------------------------|--------|
| TELEFONIA FIXA (nº acessos) | 24.700 |
| TELEFONIA MÓVEL (nº acessos) | 9.600 |
| TELEFONIA PÚBLICA (nº telefones) | 800 |
| MENSAGEM DE VOZ (nº caixas) | 6.000 |
| COMUNICAÇÃO DADOS (nº portas) | 6.500 |
| TV ASSINATURA (nº assinaturas) | 7.000 |
| RADIO-CHAMADA (nº assinaturas) | 1.500 |
| SERV.TRONCALIZADO (nº acessos) | 290 |

A expansão proposta permitirá ao País maior apropriação da moderna tecnologia de telecomunicações centrada em sistemas digitais que permitem o transporte integrado de informações, pelas redes de telecomunicações. O sistema brasileiro de telecomunicações deverá constituir um avançado suporte de transmissão digital interligando todo o País e criando condições para a interligação continental, mediante as chamadas infovias, às quais os usuários se interligarão utilizando sistemas sem-fio, comutação distribuída, sistemas ópticos e similares.

Em síntese, a eliminação do monopólio estatal das telecomunicações não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como parte de um conjunto de ações que serão desenvolvidas pelo Governo visando a reestruturação institucional do setor, de modo a criar condições para o afluxo dos investimentos privados e para o fortalecimento do aparelho do Estado nas áreas de concessão, regulamentação e fiscalização dos serviços.

Os investimentos previstos serão pautados pela seguinte orientação:

INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES

- digitalização e opticalização das redes
- modernização dos sistemas de satélites
- modernização do sistema básico de telecomunicações
- aprimoramento dos sistemas internacionais
- ampliação dos serviços de maior valor agregado

Digitalização e Opticalização das Redes

Os sistemas deverão ser progressivamente digitalizados e opticalizados, evitando-se a implantação de equipamentos analógicos nos sistemas intra-estaduais, nacionais ou internacionais. Em cidades com mais de uma central telefônica, as Redes de Entroncamento Local deverão ser expandidas somente com tecnologia de fibras ópticas. As áreas metropolitanas e cidades de maior porte deverão ser interligadas por meio de tecnologia digital. Na expansão das redes de acesso (rede externa) será prioritária a utilização de novas opções tecnológicas, como o acesso local sem fio, comutação distribuída e redes ópticas de assinantes. Deverão, também, ser implantados Sistemas Ópticos Interurbanos, intra-estaduais e nacionais, sempre com rotas alternativas, preferencialmente em fibras ópticas.

Sistema de Satélites

Será buscada a ampliação e a disseminação dos serviços via satélite, estimulando-se a participação de investimentos privados nesses sistemas e procurando-se otimizar a ocupação das posições orbitais e a utilização do espectro radioelétrico. Deve-se implantar, de forma gradual e seletiva, um ambiente aberto à oferta e ao uso de sistemas de satélite, além de

estabelecer condições isonômicas de competição no provimento desses meios. Terá preferência a utilização de sistemas de satélite brasileiros, assim definidos os que utilizam posições orbitais consignadas ao Brasil e cujas estações de controle se encontram instaladas em território nacional.

Sistema Básico de Telecomunicações e Sistemas Internacionais

Serão introduzidas centrais telefônicas com tecnologia digital, substituindo progressivamente as centrais eletromecânicas. Para a telefonia móvel, deverá ser mantida a plataforma de tecnologia analógica AMPS, já utilizada no País, de forma a garantir a mobilidade nacional dos usuários. Pretende-se, ainda, introduzir, a partir de 1996, facilidades de Rede Inteligente para todas as localidades com mais de 10 mil terminais instalados.

O atendimento a usuários com serviços de abrangência nacional e internacional deverá ser realizado mediante plataformas globais, onde participem empresas brasileiras. Além disso, os sistemas internacionais deverão garantir a conectividade dos sistemas nacionais com os correspondentes de outros países.

Os sistemas nacionais e internacionais deverão ser projetados de forma a possibilitar o “roteamento”, através do Brasil, do tráfego internacional oriundo dos países do MERCOSUL com destino à Europa e à América do Norte.

Serviços de Maior Valor Adicionado

Serão fomentados os empreendimentos privados de prestação de serviços de informações e de sistemas de maior valor adicionado baseados nas redes públicas de telecomunicações, relacionados com as áreas de saúde, educação, habitação, segurança e agricultura.

Na área dos Correios será assegurado o cumprimento dos aspectos de qualidade e universalização do acesso aos serviços básicos. Para isso será incentivada a conjugação dos

esforços da ECT com a iniciativa privada, a fim de ampliar consideravelmente a abrangência, diversidade e penetração dos serviços prestados. Pretende-se reduzir o atraso tecnológico dos Correios relacionado à incorporação dos desenvolvimentos da eletrônica, informática e telecomunicações. Os investimentos serão orientados para as seguintes prioridades:

ORIENTAÇÕES PARA OS INVESTIMENTOS NA ÁREA DOS CORREIOS

- utilização de recursos tecnológicos modernos para a automação do processo de separação, acondicionamento, encaminhamento e entrega de objetos;
 - informatização progressiva das agências, com implantação de equipamentos de auto-atendimento e aprimoramento tecnológico das caixas de coleta em todas as Capitais e principais centros urbanos;
 - automatização da infra-estrutura de controle e recepção de carga nos terminais de transporte ; e
 - difusão de serviços postais telemáticos (correio eletrônico).
-

RECURSOS HÍDRICOS

A política de recursos hídricos adotada para o semi-árido brasileiro privilegiou a oferta de água em detrimento do seu aproveitamento racional. No entanto, os esforços dispendidos em obras, principalmente no Nordeste, quase nunca foram acompanhados de medidas que permitissem obter efeitos sociais e econômicos mais amplos.

A infra-estrutura hídrica nessa região é ampla, mas, além de insuficiente, apresenta problemas de segurança, manutenção e operação, que limitam os benefícios à população. Dos 50 mil poços perfurados no Nordeste, cerca de 30% estão desativados por falta de operação e manutenção. Dezenas de perímetros de irrigação e outras obras permanecem inconclusos, em virtude da descontinuidade administrativa e financeira do Governo.

O problema da poluição dos mananciais e de seu uso poderá ser revertido através de um modelo de gerenciamento dos recursos hídricos que prevê o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e a criação de Planos Diretores de Recursos Hídricos. A esse respeito, cabe lembrar a importância do projeto de lei instituindo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que, segundo a Constituição, atribui à União competência para “instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso”.

Outro objetivo importante é a conclusão das obras com elevado grau de execução física, permitindo ampliar a produção irrigada e o armazenamento de água no semi-árido brasileiro.

Os projetos de irrigação que obedecem ao critério de elevado grau de execução envolvem 19 perímetros de irrigação. Concluídos, significarão para o País, em especial para o Nordeste e para o quadrilátero de Minas Gerais, a incorporação de 111.234 ha à produção de alimentos. São os seguintes:

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO COM ELEVADO GRAU DE EXECUÇÃO

LAGOAS DO PIAUÍ (PI)
TABULEIROS LITORÂNEOS (PI)
SANLAGÔ (MA)
BAIXADA OCIDENTAL (MA)
ARARAS NORTE (CE)
TABULEIRO DE RUSSAS (CE)
JAGUARIBE-APODI (CE)
CURÚ-PARAIPABA (CE)
BAIXO AÇÚ (RN)
NILO COELHO (PE)

MOXOTÓ (PE)
MIRORÓS (BA)
BARREIRAS (BA)
BRUMADO (BA)
FORMOSO “A” (BA)
FORMOSO “H” (BA)
ESTREITO IV (BA)
GORUTUBA (MG)
JAÍBA (MG)

qualidade do ensino, o estímulo à criatividade e inovação do ensino, da pesquisa e da extensão, a maior equidade no acesso, o fortalecimento da pós graduação e da excelência acadêmica, bem como a diferenciação dos modelos institucionais no sistema de ensino superior de um modo geral.

No tocante ao conjunto das instituições privadas, deverão ser implantados procedimentos de avaliação com vistas ao credenciamento periódico, como requisito para a elevação da qualidade e eficiência. Será fortalecido o Programa de Crédito Educativo mediante novo sistema de financiamento que conduza à ampliação do atendimento.

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL, COM PRIORIDADE AO ENSINO BÁSICO

EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O NORDESTE

DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES BÁSICOS

REDEFINIÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO

GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS: TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS ESCOLAS

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO

REEQUIPAMENTO DO PARQUE ESCOLAR INSTALADO

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: TV- ESCOLA 24 HORAS

INFORMÁTICA EDUCATIVA

BÔNUS-LIVRO: MELHORIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO

EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO RURAL

DESCENTRALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

TRANSPORTE ESCOLAR

REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

critérios permanentes e transparentes de distribuição de modo que os recursos sejam aplicados na recuperação e expansão da rede nas regiões mais carentes. O repasse de recursos será condicionado a critérios que garantam a aplicação dos 25% na educação, conforme art. 212 da Constituição Federal.

Na área de educação especial, haverá um contínuo esforço no sentido de se dotar as escolas públicas especializadas de condições materiais de atendimento à clientela. A forma de intervenção da União neste processo será a articulação com os municípios e organizações não governamentais, visando a municipalização das ações.

Em consonância com o registrado na área do Trabalho, será dada ênfase à formação profissional, coordenando iniciativas de setores do próprio Governo, do setor privado e da comunidade. A expansão do ensino técnico profissionalizante e o modelo de oferta serão construídos de forma flexível, a fim de atender a situações diferentes, considerando as rápidas mudanças tecnológicas, as tendências econômicas regionais e do mercado internacional, bem como o esgotamento da capacidade de investimento da União na ampliação da atual rede de escolas técnicas e agrotécnicas federais.

Desta forma, será privilegiada a parceria entre as três esferas de Governo e o setor privado, com destaque para as agências de formação profissional, os trabalhadores e o empresariado nacional

A educação do trabalhador rural é área específica que terá tratamento prioritário do Governo. Melhorar as condições de vida, trabalho e produtividade do pequeno produtor e do trabalhador rural é diretriz da ação governamental e a da educação é essencial para viabilizá-la.

As ações no ensino superior visam fortalecer as instituições públicas, objetivando a consolidação da capacidade científica e tecnológica e a formação de recursos humanos, para torná-las elemento essencial na modernização da sociedade e no desenvolvimento sócio-econômico. Tais objetivos serão atingidos mediante gestão eficiente e eficaz dos recursos, o exercício da autonomia plena das instituições públicas, a utilização de mecanismos de aferição da

Um elemento primordial nessa direção será a promoção, inclusive mediante ensino à distância, de amplo programa de formação e capacitação de professores e diretores com vistas a prepará-los para as inovações curriculares, tecnológicas e de gestão. Será reestruturado também o sistema de formação inicial do educador.

A fim de orientar a busca de melhores resultados no processo educativo, o aprimoramento da gestão pedagógica e das unidades escolares deverá contar com o apoio de um sistema de avaliação permanente do ensino, inserindo-a no cotidiano da escola. Parte fundamental desse esforço será feita por meio da implantação da TV-Escola, voltada para o apoio à sala de aula e à formação do professor, com programação integralmente dedicada à melhoria da qualidade do ensino. Com emissão via satélite, a TV-Escola atingirá 46.000 escolas públicas até o final de 1995, o que representa uma cobertura de 1 milhão de professores e 23 milhões de alunos da rede pública de ensino fundamental.

Em 1996, a TV-Escola alcançará também as comunidades rurais, buscando equalizar os níveis de desempenho das escolas e dos sistemas educacionais e elevar o grau de competência das escolas. Ainda em 1996 terá início o programa de informática educativa, cujo objetivo será implantar laboratórios de informática nas 30.000 maiores escolas públicas do país, com prioridade para as de ensino fundamental e médio. Tal iniciativa permitirá um vigoroso movimento no sentido da igualdade de oportunidades entre os cidadãos em idade escolar, na medida em que proporcionará à clientela da rede pública o acesso a uma ferramenta de trabalho cada vez mais importante no mercado de trabalho.

É evidente que o Governo Federal sozinho não alcançará o sucesso do que propõe. Sua ação vai depender fundamentalmente da cooperação dos governos estaduais e municipais, bem como da capacidade de mobilização da sociedade em torno do problema da qualidade do ensino.

A comunidade deve assumir o papel fundamental de garantir que os recursos do FNDE cheguem à escola e sejam aplicados no ensino básico. A esse respeito, serão estabelecidos

PRINCIPAIS MEDIDAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

- redefinição de responsabilidades entre Estados e Municípios em relação ao ensino fundamental. Assegurar que o financiamento do ensino fundamental se assente em uma divisão de responsabilidade equitativa entre as esferas de governo;
 - definição de novas estruturas curriculares, estabelecendo, até o final de 1999, objetivos nacionais de aprendizagem e diretrizes para seu processamento em todas as séries do ensino fundamental;
 - valorização do magistério, especialmente no ensino fundamental;
 - provisão e substancial melhoria da qualidade do livro didático e do material escolar básico, assegurando sua coerência com os novos parâmetros curriculares e o suprimento às escolas mais carentes;
 - ênfase a programas de inovações, estimulando a adoção de novos processos de ensino-aprendizagem, de novos modelos de gestão escolar, e a incorporação de novos recursos e tecnologias, bem como de métodos mais eficientes de organização das atividades escolares;
 - promover a avaliação permanente do ensino, criando mecanismos e instituições especializadas e divulgando amplamente os resultados em nível nacional;
 - implantação de um sistema de estatísticas educacionais que ofereça às autoridades públicas instrumentos eficientes de atuação;
 - desenvolvimento de um amplo programa de treinamento de professores por meio da educação à distância, via televisão;
 - ampliação da cobertura do ensino médio técnico-profissionalizante a nível nacional, considerando o mapeamento da oferta, o dimensionamento da necessidade, a otimização do uso da infra-estrutura educacional instalada e um modelo de expansão que comprometa o poder público nas suas diferentes esferas, o público não-estatal e a iniciativa privada;
 - redefinição dos papéis das três esferas de Governo, promovendo a parceria com o setor privado no tocante ao ensino de segundo grau ; e
 - instituição de fundo de valorização para assegurar remuneração digna aos professores do ensino fundamental.
-

A proposta do Governo para atender a essa prioridade está centrada na valorização da escola e de sua autonomia, a ser efetivada mediante a participação ativa da comunidade. Nessa direção, pretende-se que a definição de políticas e a atuação na área sejam cada vez mais compartilhadas pelos três níveis da administração pública, permitindo ao Governo Federal concentrar-se na tarefa de coordenador da política nacional de educação.

A diretriz essencial para a educação básica está assentada na melhoria da qualidade, cuja repercussão direta se fará sentir nos resultados de aprendizagem pelos alunos. Será obtida por meio de consistente gestão da qualidade, que se aplicará não apenas ao ensino fundamental mas também aos demais níveis e modalidades educativas.

A equidade de acesso e aproveitamento das oportunidades de aprendizagem no ensino fundamental é base tanto para uma economia eficiente quanto para a formação de uma sociedade mais justa, onde haja o pleno exercício da cidadania e oportunidades iguais para os indivíduos.

Neste sentido, importa garantir condições dignas para a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental. Isto inclui a alimentação escolar, o fornecimento de livro didático e material escolar em caráter universal e cuidados elementares de saúde nas escolas, além da disponibilidade de transporte escolar em situações específicas. De acordo com as diretrizes do Governo, está em curso um processo de progressiva descentralização da execução destes programas, associada ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle qualitativo dos resultados.

A melhoria da qualidade do ensino básico será promovida através das seguintes medidas:

Para que esse processo resulte em melhoria da atenção à saúde e em redução das desigualdades de acesso, três condições são imprescindíveis: a recuperação, reequipamento e ampliação seletiva da rede de serviços de saúde (centros de saúde, hospitais, hemocentros e laboratórios); a garantia de disponibilidade de insumos essenciais (medicamentos e outros insumos) e a melhoria da gestão, particularmente quanto à capacidade de programar, acompanhar e avaliar a prestação de serviços e o impacto das ações.

As ações previstas no PPA na área da saúde significam ampliar recursos do sistema existente e, principalmente, melhorar a gestão do setor. Afora os recursos para garantir o atendimento ambulatorial e hospitalar, o Governo Federal terá como prioridade as seguintes ações:

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE

DESCENTRALIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E ENDÊMICAS

PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA DESNUTRIÇÃO E CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDUCAÇÃO

O ensino básico de qualidade é essencial para um País que pretende desenvolver-se de forma rápida e reduzir, ao mesmo tempo, os desequilíbrios sociais. Nesse sentido, a prioridade do Governo Federal, espelhada neste PPA, está nas ações voltadas ao fortalecimento da escola fundamental.

manter erradicada a poliomielite, eliminar o sarampo e o tétano néo-natal, bem como controlar a difteria, coqueluche, tétano acidental, hepatite B, febre amarela e tuberculose.

Também para reduzir a mortalidade na infância será intensificada a atenção à saúde da mulher e da criança, mediante assistência integral, curativa e preventiva, que atenda às suas necessidades biológicas e psicossociais decorrentes dos processos de crescimento, desenvolvimento e reprodução humana.

A melhoria dos indicadores de saúde requer, também, o combate às doenças transmissíveis não preveníveis por imunização, que afetam grande parte da população, em especial os mais carentes. Esses agravos têm a propriedade de recuperar, rapidamente, sua força de propagação, sempre que ocorre uma redução na intensidade das ações de controle. Dar-se-á prioridade às medidas de controle de doenças como a malária, hanseníase, esquistossomose, doença de Chagas, febre amarela, dengue, cólera e HIV/AIDS.

A Vigilância Sanitária será reestruturada e modernizada com a finalidade de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde nos vários campos da atividade humana. Entre as ações nesse campo estão o registro e controle de medicamentos e domissanitários, a proteção ao meio-ambiente e à saúde do trabalhador.

Outra prioridade da área da saúde - a reorganização político-institucional do setor - visa ampliar a capacidade de cobertura e melhorar o desempenho do sistema nos aspectos relativos à eficiência e ao incremento da qualidade dos serviços. A reorientação do modelo de atenção, estabelecendo adequado equilíbrio entre as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e as ações de assistência médico-hospitalar, é requisito primordial a esse esforço.

O aprofundamento da descentralização terá prioridade, mediante a reorganização institucional dos SUS nas três esferas de governo, adequando-as ao exercício das respectivas funções previstas na legislação. Procurar-se-á intensificar a transferência da responsabilidade de provisão de serviços à esfera municipal de forma que, até 1999, pelo menos 10% dos municípios brasileiros assumam integralmente a gestão do sistema, e 60% assumam parcialmente a gestão.

A relação de parceria do Governo com a sociedade será incentivada na prestação de serviços assistenciais. E o papel do Governo Federal será definido a partir da redistribuição de competências com os Estados, Distrito Federal e Municípios, buscando um maior envolvimento e participação dos diferentes níveis de governo e das comunidades.

SAÚDE

Na área de saúde, a ação governamental estará centrada em dois objetivos fundamentais: a melhoria do quadro sanitário, com ênfase na redução da mortalidade na infância, e a reorganização político-institucional do setor, com vistas à recuperação e modernização da capacidade operativa do Sistema Único de Saúde.

Para atender ao primeiro objetivo, dar-se-á ênfase ao controle das doenças transmissíveis; à prevenção e recuperação da desnutrição; às ações de atenção integral à saúde da mulher e da criança e à melhoria das condições de acesso a serviços de saneamento básico. Nesse esforço confluirão ações dos setores de saúde e de saneamento, procurando modificar o quadro da elevada taxa de mortalidade infantil. A meta é reduzir essa taxa dos atuais 45,3/1000 para 22,6/1000 ao final deste governo.

Algumas ações são mais eficazes e, portanto, prioritárias. Primeiro, as de saneamento básico, alimentação e nutrição, previstos no Projeto de Redução da Mortalidade na Infância e na estratégia do combate à pobreza no âmbito do Programa Comunidade Solidária. Tais ações visam a redução das doenças diarreicas, da desnutrição e carências nutricionais específicas, causas de grande parte dos casos de morte na infância.

São igualmente importantes as ações de controle de doenças preveníveis por imunização. O objetivo é diminuir a morbi-mortalidade materna e em menores de 5 anos, mediante a vacinação de rotina, campanhas nacionais de multivacinação e outras ações complementares de vigilância, informação e educação sanitária. As metas estabelecidas visam

ampliação do valor médio pago por segurado, que passou de R\$ 76,00 em 1992 para R\$ 125,00 em 1995.

A arrecadação de contribuições previdenciárias tem crescido ao longo do tempo, mas em ritmo inferior ao do crescimento das despesas com benefícios. Desse modo, o equilíbrio financeiro do sistema é precário. Por isso, o Governo defende mudanças normativas e gerenciais para o modelo de Previdência Social brasileiro.

Espera-se que até o final do período 1996/99 sejam eliminados os aspectos indesejáveis da atual legislação previdenciária e aprimorada a gestão do sistema. O número de pessoas atendidas pela Previdência Pública será ainda maior e o valor médio dos benefícios oferecidos deverá sofrer ampliação. No fim deste período pretende-se ter uma Previdência Social financeiramente equilibrada que garanta, no longo prazo, a tranquilidade de seus beneficiários.

É fundamental, também, fortalecer o sistema de previdência complementar. Em alguns países, os fundos de pensão movimentam recursos da ordem de 50% do PIB, enquanto no Brasil esta cifra não ultrapassa os 10%, proporção que revela um grande potencial de crescimento do sistema complementar no Brasil. Assim, a previdência complementar, além de importante instrumento de política de recursos humanos das empresas, passa a ser instrumento de financiamento de longo prazo na economia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No período 1996/99, o Governo desenvolverá suas ações na área da assistência social, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, compreendendo o pagamento de benefícios de prestação continuada e o desenvolvimento de ações que permitam o atendimento, de forma descentralizada, a idosos, portadores de deficiências e crianças e adolescentes.

PRINCIPAIS AÇÕES NAS ÁREAS DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA

REDUÇÃO DA MORTALIDADE NA INFÂNCIA

PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA DESNUTRIÇÃO MATERNO INFANTIL
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SANEAMENTO BÁSICO

SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR VOLTADA PARA ESCOLARES, TRABALHADORES E FAMÍLIAS CARENTES**APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR E AO ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL
FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO PARA PEQUENOS E MICRO EMPREENDIMENTOS
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

APOIO À AGRICULTURA DE PEQUENO PORTE

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
ASSENTAMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS

MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA**PROMOÇÃO SOCIAL E DEFESA DE DIREITOS**

ASSISTÊNCIA SOCIAL À FAMÍLIA POBRE
PROMOÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS QUE VISEM A GARANTIA DE DIREITOS À CRIANÇA E ADOLESCENTES
MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PELA AÇÃO DESPORTIVA COMUNITÁRIA

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O número de segurados da Previdência Social tem crescido vertiginosamente ao longo dos últimos anos, chegando a mais de 15 milhões de beneficiários em 1995, 38% dos quais provenientes do meio rural. O aumento do dispêndio com o pagamento de benefícios ao longo dos últimos anos deve-se não somente à ampliação do número de beneficiários mas também à

PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

A retomada do crescimento econômico é condição necessária mas não suficiente para erradicar a pobreza e a fome. O reconhecimento desse fato é o ponto de partida para o Programa Comunidade Solidária, cuja criação expressa a necessidade de ações que tragam benefícios imediatos e diretos para a população mais carente.

O princípio básico do Programa consiste na participação e na parceria solidária da Comunidade e do Governo, em suas diferentes esferas, na busca de soluções mais adequadas, em cada caso. Ao Governo Federal cabe a tarefa de apoiar, estimular, conceder assistência financeira e mobilizar recursos adicionais para ampliar o alcance do Programa, atuando em sintonia com os governos estaduais e municipais, incentivando e apoiando ações realizadas pelas organizações comunitárias e pela diversas formas de parceria com o setor privado e as universidades. Abrange programas nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar, desenvolvimento rural, serviços urbanos, trabalho, geração de emprego e renda e promoção social. O enfoque adotado é de natureza multisetorial, ou seja, trata-se de estimular a expansão e aperfeiçoamento de programas voltados para o atendimento das demandas básicas da população carente.

Sua atuação não se restringe a programas assistenciais e de caráter emergencial, embora tais programas também sejam importantes e necessários. Cuida-se, também, de intervir sobre os fatores que determinam a reprodução das condições de pobreza, por meio de ações para melhorar as oportunidades de ascensão social.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos projetos e ações a serem desenvolvidos nas principais áreas de atuação do Comunidade Solidária.

No item desenvolvimento social foram consideradas as ações relativas à seguridade (previdência, assistência social e saúde) e educação, saneamento, habitação, desenvolvimento urbano e trabalho. Tais ações envolverão, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios, da ordem de R\$ 300 bilhões (inclusive previdência) a serem financiados com recursos fiscais e da seguridade, financiamentos externos e internos, rendimentos das aplicações do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, e com recursos de Estados, Municípios e do FGTS, conforme mostrado na tabela a seguir.

TABELA 8
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | | R\$ milhões | |
|----------------|----------------|-------------------------|--------------|----------|--------------|--------------|--|
| | | fiscal/segur. | externo | privado | est./munic. | outros | |
| previdência | 184.779 | 184.779 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| assist. social | 9.513 | 7.705 | 0 | 0 | 1.808 | 0 | |
| saúde | 45.661 | 44.762 | 554 | 0 | 320 | 25 (1) | |
| educação | 11.909 | 11.072 | 801 | 0 | 0 | 36 (1) | |
| saneamento | 10.025 (2) | 2.494 | 834(3) | 0 | 3.867 | 2.830 (4) | |
| habitação | 8.111 (2) | 2.079 | 0 | 0 | 1.166 | 4.866 (4) | |
| desenv. urbano | 2.345 | 936 | 1.041 | 0 | 358 | 10 (4) | |
| trabalho | 28.295 | 27.191 (5) | 104 | 0 | 0 | 1.000 (6) | |
| TOTAL | 300.638 | 281.018 | 3.334 | 0 | 7.519 | 8.767 | |

(1) recursos próprios.

(2) parte dos recursos (R\$ 5,4 bilhões em saneamento e R\$ 4,5 bilhões em habitação) são de ações que não constam do Projeto de Lei, mas que representam o apoio do Governo Federal, através de aval a financiamentos externos e recursos do FGTS

(3) aval da União a Estados e Municípios .

(4) recursos do FGTS.

(5) recursos do FAT.

(6) rendimento do FAT.

TABELA 7
MEIO-AMBIENTE

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | | outros |
|---------------|--------------|-------------------------|--------------|-----------|-------------|------------|
| | | fiscal | externo | privado | est./munic. | |
| meio-ambiente | 2.509 | 455 | 1.600 | 72 | 99 | 283 (1) |
| TOTAL | 2.509 | 455 | 1.600 | 72 | 99 | 283 |

(1) doação externa (R\$ 239) milhões, recursos próprios (R\$ 30 milhões) e R\$ 14 milhões da CEF.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Os principais objetivos do Governo para a área social são:

PRINCIPAIS OBJETIVOS NA ÁREA SOCIAL

- realizar esforço continuado de melhoria dos serviços sociais básicos de responsabilidade pública. Essa melhoria compreende a ampliação da cobertura (como por exemplo, nas áreas de educação e infra-estrutura urbana), o aumento da qualidade dos serviços prestados (fundamental nas áreas de educação e saúde), aumento da eficácia do gasto, aí incluída, quando pertinente, a elevação do seu conteúdo redistributivo.
- dar prioridade a programas e ações que ampliem a geração de mais e melhores postos de trabalho. Tal preocupação não se restringe aos programas voltados a essas prioridades (geração de renda nas áreas rurais e urbanas, associadas à formação profissional). Esse objetivo está presente no conjunto das ações propostas, tanto na área social (retomando os programas de investimento em habitação e saneamento básico), como nas outras áreas de atuação governamental (por exemplo, incentivo às atividades voltadas para o turismo).

As ações do Governo na área ambiental envolverão um esforço de modernização da gestão ambiental, de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente urbano, bem como a recuperação e preservação de bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA AMBIENTAL

RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DO MEIO AMBIENTE URBANO

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - PNMA

PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL - PPG7

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

APOIO AO PEQUENO PRODUTOR PARA EXPLORAÇÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS

Particular atenção será dada aos ecossistemas amazônicos, face à sua extensão e por abrigarem as maiores reservas mundiais de água doce, recursos minerais e florestas latifoliadas, além do maior banco genético do planeta. O desafio é harmonizar os diversos interesses econômicos e sociais com a preservação do ecossistema e sua riqueza biológica.

Para a área de meio-ambiente estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 2,5 bilhões*, a serem financiados com recursos fiscais, doações e financiamentos externos e internos, além de recursos de Estados Municípios e do setor privado, conforme mostrado na Tabela 7.

A reorientação do uso do patrimônio natural brasileiro exige ações abrangentes e integradas que chegam até a ampliação persistente do conhecimento sobre as dotações de recursos ambientais e o seu monitoramento permanente. Tais ações exigem base organizacional compatível com novos modelos de gestão ambiental e um planejamento que leve em consideração o ordenamento territorial. Este último não deve-se limitar a uma mera divisão física ou de uso do solo, nem de zonas homogêneas e estáticas, mas transformar-se em um instrumento político de regulação do uso do território.

A atividade da pesca no Brasil merecerá atenção especial do Governo Federal. O país dispõe de condições altamente favoráveis para o desenvolvimento da pesca marinha e de águas interiores, seja pelo extrativismo, seja, principalmente, pela aquicultura. No Brasil estão 18% das águas doces superficiais do planeta e mais de 3,0 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), em águas marinhas.

No entanto, a importância prática creditada à pesca no Brasil encontra-se aquém dessas potencialidades, fundamentalmente pela ausência de um esforço conjugado de fomento e ordenamento pesqueiro.

Para reverter esse quadro, o objetivos do Governo são os seguintes:

PRINCIPAIS OBJETIVOS ORIENTADORES NA ÁREA DA PESCA

- estimular a exploração do potencial de recursos pesqueiros, mediante instrumentos de gestão e ordenamento;
 - ampliar a atividade de aquicultura para repovoamento de espaços e espécies aquáticas atualmente super-exploradas, de modo a recompor os estoques e propiciar sua exploração sustentada; e
 - ampliar a atividade de aquicultura intensiva voltada para suprir em larga escala as necessidades de oferta protéica de origem animal para o mercado interno e suplementarmente para a exportação.
-

TABELA 6
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

R\$ milhões

| discriminação | total | fiscal | fontes de financiamento | | | |
|----------------------|---------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|--------------|
| | | | externo | privado | est./munic. | outros |
| ciência & tecnologia | 14.355 | 5.503 | 724 | 5.364 | 872 | 1.892 (1) |
| TOTAL | 14.355 | 5.503 | 724 | 5.364 | 872 | 1.892 |

(1) estão incluídos nessa rubrica R\$ 1,5 bilhões de incentivos fiscais e R\$ 1,2 bilhões de recursos próprios e R\$ 90 milhões de financiamentos internos.

MEIO AMBIENTE

O padrão de desenvolvimento contemporâneo tem se mostrado ecologicamente predatório e os sinais de vulnerabilidade do ecossistema mundial apontam para a necessidade de mudanças profundas diante do esgotamento progressivo de recursos naturais e ambientais, bem como da redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas.

No caso brasileiro são evidentes os altos graus de alteração ambiental, nos adensamentos urbano-industriais, nos complexos urbano-portuários-industriais litorâneos e em algumas áreas de intensificação das explorações agrícolas, minerais e madeireiras, mais concentradas nos ecossistemas do cerrado e da Amazônia.

Há também pressões críticas sobre recursos naturais específicos, como no caso dos recursos hídricos, que sofrem uma desenfreada competição de usos entre hidro-eletricidade, agricultura irrigada, complexos industriais e abastecimento urbano. O mito de que a oferta de água é infinitamente elástica no País tem sido rapidamente demolido, especialmente nos grandes adensamentos urbano-industriais.

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A ÁREA DE C&T

- adequação do aparato legal e normativo, incluindo a iniciativa de propostas de mudanças constitucionais e legais para viabilizar maior autonomia administrativa e de gestão financeira das universidades e instituições de pesquisa;
 - aprovação dos projetos de lei relativos à propriedade industrial, a *software*, a cultivares e à topografia de circuitos integrados;
 - revisão da estrutura dos incentivos fiscais de apoio à P&D;
 - fortalecimento da infra-estrutura e consolidação de núcleos de excelência em C&T; e
 - formação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento
 - estabelecimento de centros tecnológicos para difusão de práticas modernas de tecnologia industrial;
 - apoio direto à pesquisa privada e ao processo de inovação em pequenas e médias empresas;
 - definição de um programa abrangente de metrologia para padrões internacionais na indústria;
 - estímulo à entrada de capital de risco para investimentos em ciência e tecnologia;
 - aumento da transferência de tecnologia;
 - adequação da política de proteção de impactos ambientais; e
 - estímulo à interação empresa-universidade.
-

Os dispêndios do Governo Federal visarão estimular a capacidade de inovação do setor produtivo - incluindo aí as áreas de informação e automação - para o desenvolvimento de tecnologias em áreas como: aeroespacial; nuclear; meio ambiente; recursos do mar; saúde e portadora de futuro. Especial atenção será dada aos Núcleos de Excelência em C&T.

Estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 14,4 bilhões*, a serem financiados com recursos fiscais, financiamentos externos e internos e com recursos de Estados, Municípios e do setor privado, conforme mostra na Tabela 6.

setor público, que vem arcando com cerca de 90% dos dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento. Nos países industrializados do Ocidente, as empresas contribuem com cerca de 40% dos recursos investidos em C&T; esta participação é de 70% no Japão e 80% na Coréia do Sul.

Outra deficiência importante no caso brasileiro é a fraca ligação universidade-empresa. Dentre as poucas exceções, observam-se empresas que, por terem desenvolvido laços fortes com a universidade, ocupam hoje posição de destaque internacional, o que mostra a importância de o Governo estimular iniciativas semelhantes.

O Brasil só terá condições de fortalecer seu desenvolvimento, se elevar os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e investir maciçamente na formação e capacitação técnico-científica de seus recursos humanos. A meta é elevar os gastos nacionais com C&T para cerca de 1,5% do PIB em 1999, com a participação de 30 a 40% das empresas. Para tanto, será necessário reforçar a infra-estrutura científica e técnica, tanto do governo quanto das empresas. Os esforços do Governo estarão voltados para a inserção das atividades de C&T no desenvolvimento sócio-econômico, reduzindo a distância entre a pesquisa e a produção e encontrando soluções para melhorar a qualidade de vida.

O Governo intensificará a integração entre a política de Ciência e Tecnologia e as políticas industrial e educacional, ao mesmo tempo em que dará atenção à consolidação dos núcleos de excelência. A participação efetiva dos governos estaduais e outros segmentos da sociedade como empresários, trabalhadores e comunidade científica será indispensável, do mesmo modo que o aporte de recursos provenientes do exterior, mediante empréstimos e investimentos diretos.

As principais orientações para a atuação governamental na área de C&T são:

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DO TURISMO

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR/NE

DESENVOLVIMENTO DO ECO-TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL/CENTRO-OESTE

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DO ECO-TURISMO

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS

Para a área de turismo estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 1,4 bilhões* a serem financiados com recursos fiscais, financiamentos externos e internos, e recursos de Estados e Municípios e do setor privado, conforme mostrado na tabela a seguir.

TABELA 5

TURISMO

R\$ milhões

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | |
|---------------|--------------|-------------------------|------------|----------|--------------------|
| | | fiscal | externo | privado | est./munic. outros |
| turismo | 1.424 | 240 | 640 | 5 | 463 76 |
| TOTAL | 1.424 | 240 | 640 | 5 | 463 76 |

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Durante a década passada, os gastos em atividade de Ciência e Tecnologia no Brasil representaram cerca de 0,6 a 0,8% do PIB, proporção extremamente baixa quando comparada com a dos países industrializados que oscila entre 2 e 3%. Além da escassez de recursos, a composição dos gastos demonstra uma concentração da responsabilidade sobre o

TURISMO

A atividade turística no Brasil é bastante incipiente diante da diversidade geográfica e cultural do País e a dimensão de seu território. O turismo interno é ainda muito limitado e a participação brasileira no fluxo turístico internacional é insignificante, não chegando a 0,5% do total de viagens internacionais. Isto implica baixo aproveitamento do potencial dessa atividade para geração de divisas, desenvolvimento regional, criação de empregos e geração de renda. Mesmo assim, estima-se que cerca de 6,0 milhões de brasileiros se ocupem direta ou indiretamente do turismo, o que permite avaliar a importância econômica e social do setor.

O desenvolvimento de programas regionais integrados de turismo e o incremento do eco-turismo serão alvos importantes da ação governamental. A região nordestina terá reforçada a capacidade para manter e expandir sua indústria turística, mediante o apoio à execução de obras múltiplas de infra-estrutura em pólos turísticos consolidados ou em fase de expansão. O Programa Nordeste Competitivo do BNDES poderá ser ampliado e a segunda parte do PRODETUR terá todo o apoio do Governo Federal.

Na região amazônica e no Centro-Oeste o potencial de desenvolvimento do turismo ecológico é significativo. O Governo montará programa semelhante ao PRODETUR/NE, visando o fortalecimento da capacidade dessas regiões em manter e ampliar sua indústria turística, com ênfase no eco-turismo, mediante o provimento de infra-estrutura básica e de serviços públicos em áreas turísticas já consolidadas ou em fase de expansão.

A síntese das principais ações na área de apoio ao turismo que constam deste PPA é a seguinte:

PRINCIPAIS AÇÕES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (cont.)

MODERNIZAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA DO PAÍS

DESENVOLVIMENTO DO "DESIGN" BRASILEIRO

APOIO A PRODUÇÃO DE MENOR PORTE E AO ARTESANATO

PROMOÇÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DO NORDESTE

Além dos recursos de financiamento à indústria e ao comércio exterior registrados anteriormente, estão previstos nos próximos quatro anos investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 6,7 bilhões* a serem financiados com recursos fiscais, autofinanciamento de estatais e contrapartida do setor privado, conforme mostrado na tabela 4.

TABELA 4
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

| discriminação | total | fiscal | fontes de financiamento | | | outros |
|-------------------------------|-------|--------|-------------------------|---------|-------------|-----------|
| | | | externo | privado | est./munic. | |
| Indústria & comércio exterior | 6.706 | 2.933 | 486 | 1.823 | 0 | 1.464 (1) |
| TOTAL | 6.706 | 2.933 | 486 | 1.823 | 0 | 1.464 |

(1) autofinanciamento CVRD (R\$ 1 bilhão) e INMETRO (R\$ 110 milhões) e financiamento interno (R\$ 355 milhões)

garantia da qualidade do meio ambiente local - e promovida a requalificação da mão-de-obra disponível.

No tocante à atividade mineral, o Governo procurará estimular a elevação dos investimentos privados em pesquisa , prospecção e exploração de novas jazidas minerais, aperfeiçoando o arcabouço jurídico-institucional e aprimorando os mecanismos de fomento tecnológico e industrial do setor, de forma a criar um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade do país, em bases sustentáveis.

Outra questão relevante refere-se à recuperação do setor de construção, que hoje opera com grande ociosidade, apresentando condições potenciais para absorver investimentos anuais da ordem de R\$ 1,3 bilhão, com impactos expressivos na alavancagem da atividade econômica e geração de divisas, empregos e renda. Nesse sentido, deverão ser adotadas medidas para incentivar a reestruturação das empresas do setor, ampliar os financiamentos e garantir que o preço e as condições de crédito das embarcações oferecidas aos armadores nacionais sejam compatíveis com as praticadas no mercado internacional.

Em síntese, as principais ações do Governo Federal são as seguintes:

PRINCIPAIS AÇÕES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

REDUÇÃO DO "CUSTO BRASIL"

DESONERAÇÃO FISCAL DOS INVESTIMENTOS E DAS EXPORTAÇÕES

APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL E DA CONCORRÊNCIA

REDUÇÃO DOS CUSTOS DOS FINANCIAMENTOS PARA INVESTIMENTOS

APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE CRÉDITO E SEGURO ÀS EXPORTAÇÕES

DESREGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

RECUPERAÇÃO DO SETOR NAVAL

REFORÇO DAS AÇÕES NA ÁREA DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE - PBQP

multilaterais e regionais de comércio, desenvolvendo novas frentes de negociação externa com vistas a melhores condições de acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais.

Serão aprimorados os mecanismos de defesa contra práticas desleais de comércio, e ações protecionistas de terceiros países, incluindo a consolidação de legislação e a agilização na aplicação dos instrumentos de defesa comercial.

O Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade - PBQP será fortalecido, sendo alargada sua base de atuação geográfica e setorial. A conscientização sobre a importância da qualidade e da produtividade já está bastante disseminada na economia brasileira, cabendo destacar o avanço importante do número de empresas domésticas certificadas pelas normas ISO 9000 (cerca de 500 empresas). Espera-se atingir, até 1999, a meta de 6.000 empresas certificadas, sendo que, destas, 1.000 alcançarão a categoria ISO 14000.

Nos moldes semelhantes aos do PBQP, o Governo estruturará um conjunto de ações para o desenvolvimento do "design" brasileiro, como instrumento para a elevação da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.

As ações governamentais para o setor produtivo, incluem, ainda, o apoio às micro e pequenas empresas e às atividades artesanais, visando a desconcentração da atividade econômica, criação de empregos e promoção de agentes empreendedores.

A indústria sucro-alcooleira do Nordeste merecerá atenção especial do Governo Federal. A Zona da Mata nordestina tem sido a grande vítima do declínio crescente dessa atividade. Tal declínio se manifesta na perda de competitividade de mercado, no atraso tecnológico, no baixo rendimento industrial e na alta concentração de atividades produtivas em poucas unidades.

O Governo Federal está, neste momento, estudando alternativas de reestruturação desse importante setor, em parceria com os Estados que abrigam aquela sub-região, de forma que, junto com a diversificação produtiva, sejam reconvertidas atividades agrícolas - com

A ação governamental procurará aproveitar ao máximo os estímulos do mercado na orientação das estratégias e decisões empresariais, concentrando a atuação do setor público em áreas com impacto na redução do chamado "Custo Brasil", como as do financiamento de longo prazo, infra-estrutura econômica, tecnologia, educação, capacitação de recursos humanos e diminuição dos encargos que oneram a força de trabalho. Nesse sentido, serão também aprimorados os instrumentos tributários e de defesa da concorrência, além dos relacionados à propriedade intelectual e à defesa do meio ambiente, entre outros.

Merece atenção o apoio das agências oficiais de crédito para o financiamento do investimento e desenvolvimento tecnológico industrial. No período do PPA o financiamento industrial de longo prazo atingirá montantes superiores a *R\$ 20,0 bilhões*. Isto, sem contar o apoio à agro-indústria - computada na agricultura com o valor de *R\$ 5,6 bilhões*. Uma parte substancial desses *R\$ 20,0 bilhões* (*R\$ 8,6 bilhões*) estará destinada à compra de máquinas e equipamentos. Se considerado o total dos financiamentos do BNDES/FINAME para a comercialização de máquinas e equipamentos brasileiros no Brasil e no exterior, o setor de bens de capital contará para sua atividade-fim com recursos de crédito da ordem de *R\$ 19,0 bilhões*.

Na área de comércio exterior serão aperfeiçoados os mecanismos oficiais de financiamento às exportações, intensificando-se o apoio aos setores exportadores que apresentem potencial competitivo. O seguro de crédito às exportações será implementado e dar-se-á continuidade ao processo de desregulamentação do comércio exterior, com a simplificação das operações de exportação e importação, envolvendo informatização de procedimentos, consolidação de normas legais e eliminação de restrições desnecessárias.

As agências oficiais de crédito terão ainda importância significativa no financiamento às exportações, notadamente para os segmentos exportadores de bens com maior valor adicionado. Dos *R\$ 7,3 bilhões* previstos para o período de vigência do PPA, a exportação de bens de capital contará com pelo menos *R\$ 2,5 bilhões*.

Nesse período deverá ser consolidada a união aduaneira no âmbito do MERCOSUL. Procurar-se-á, também, fortalecer a atuação do País no âmbito dos organismos

TABELA 3
AGRICULTURA

R\$ milhões

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | | |
|----------------------|---------------|-------------------------|--------------|----------|--------------|---------------|
| | | fiscal | externo | privado | est./munic. | outros |
| reforma agrária | 7.309 | 4.254 | 0 | 0 | 0 | 3.055 (1) |
| agricultura familiar | 3.475 | 1.250 | 975 | 0 | 1.250 | 0 |
| distrib. alimentos | 434 | 434 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| demais ações (2) | 11.698 | 1.827 | 215 | 0 | 10 | 9.646 (2) |
| TOTAL | 22.916 | 7.765 | 1.190 | 0 | 1.260 | 12.701 |

(1) Títulos da Dívida Agrária - TDA

(2) pesquisa, defesa, estoques reguladores, PGPM etc.

(3) recursos da PGPM (R\$ 6,8 bilhões), do FUNCAFÉ (R\$ 2,0 bilhões), de financiamento interno (R\$ 346 milhões) e de receitas próprias (R\$ 475 milhões)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O setor industrial brasileiro tem potencialidade para participar, de forma vantajosa, do processo de globalização da atividade econômica, garantindo significativa elevação do padrão de vida da população. Para tanto, faz-se necessária a superação de ineficiências econômicas, tecnológicas e institucionais decorrentes de distorções do modelo de industrialização anterior, caracterizadas pelas excessivas proteção à produção interna e restrições ao funcionamento dos mercados.

A política industrial e de comércio exterior, a partir da presente década, deve colocar como alvo principal a reestruturação produtiva, privilegiando a eficiência e a competitividade.

garantia de infra-estrutura e de serviços públicos, bem como na formulação e implementação de medidas de apoio à agropecuária.

As principais ações do Governo para a agricultura são as seguintes:

PRINCIPAIS AÇÕES NA AGRICULTURA

ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS
DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DE PESQUISAS PARA A AGRICULTURA
ERRADICAÇÃO E CONTROLE DAS PRAGAS E DOENÇAS
GESTÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO CACAUEIRA

Estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 23 bilhões* no setor, a serem financiados com recursos fiscais, financiamentos externos e internos e recursos de Estados e Municípios, conforme mostrado a seguir.

O Governo não pretende que o crédito agrícola sofra reduções nos volumes de recursos disponíveis para a agricultura. Os recursos das agências oficiais de crédito para o setor, no período de vigência do PPA, somam R\$ 38,7 bilhões, sendo R\$ 24,0 bilhões destinados ao crédito rural e R\$ 14,7 bilhões para financiar os investimentos, dos quais R\$ 3,3 bilhões voltados para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

As áreas de defesa agropecuária e desenvolvimento sustentável também exigem aprimoramento constante, pois os países desenvolvidos, que freqüentemente utilizam exigências de natureza fitossanitária e de sanidade animal como barreiras não-tarifárias à entrada de produtos estrangeiros em seus mercados, começam agora a acenar com entraves de cunho ecológico, principalmente em face da entrada em vigor das normas da ISO 14.000.

A implantação e ampliação da fruticultura irrigada e de pólos agro-industriais no Nordeste - tendo em vista o potencial desses segmentos para a geração de renda e emprego, redução da informalidade predominante no meio rural e reorientação dos fluxos migratórios - terão o apoio do Governo Federal, em parceria com os Estados e os Municípios, nas áreas de pesquisa, defesa sanitária e assistência técnica, em complementação aos investimentos em infraestrutura hídrica e irrigação.

O combate à miséria rural, por meio do maior acesso à terra e aos demais instrumentos de apoio para famílias de trabalhadores e produtores rurais, é uma das prioridades da política rural do Governo, cuja meta é assentar 280 mil famílias nos próximos quatro anos, o que será viável com a redução dos custos unitários de assentamento.

Do mesmo modo, deve-se promover o fortalecimento da agricultura familiar e ampliar a distribuição emergencial de alimentos, direcionando as ações para os bolsões de pobreza assinalados no Programa Comunidade Solidária.

Tal estratégia requer descentralização e readequação dos instrumentos de política agrícola, bem como desconcentração da agroindústria. Governos estaduais e municipais, entidades não-governamentais e iniciativa privada deverão assumir maiores responsabilidades na

estímulo à produção e reduzir a interferência direta do Estado nos processos de comercialização e financiamento.

PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA A AGRICULTURA

- obtenção de expressivos ganhos de produtividade;
 - redução de custos e perdas;
 - qualificação da mão-de-obra;
 - maior eficiência no repasse de inovações tecnológicas aos produtores;
 - erradicação de pragas e doenças;
 - zoneamento agrícola; e
 - reconversão de atividades produtivas economicamente inviáveis face aos novos paradigmas de desenvolvimento
-
-

A abertura comercial da economia é fundamental para a formulação das novas políticas, pois facilita a geração de estratégias de desenvolvimento regional e diminui a necessidade de gastos públicos no armazenamento e transporte de grandes excedentes de produtos básicos.

A União deverá transferir para Estados, Municípios, organizações não-governamentais e setor privado funções sob sua responsabilidade. Dessa forma, o Governo Federal afastar-se-á gradualmente da comercialização direta e da geração de poupança para o financiamento agrícola e centrará suas ações na reestruturação fundiária, no fortalecimento da infra-estrutura básica, inclusive para irrigação, na ampliação e modernização do transporte intermodal, na geração de tecnologia básica, na disseminação de informações, na fixação de regras claras e estáveis de atuação no mercado e no estabelecimento de parcerias com o *agribusiness*.

TABELA 2
RECURSOS HÍDRICOS

R\$ milhões

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | | |
|--------------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|----------|
| | | fiscal | externo | privado | est./munic. | outros |
| gerenciamento r.h. | 184 | 154 | 1 | 0 | 29 | 0 |
| irrigação | 3.868 | 454 | 1.721 | 1.675 | 14 | 4 |
| infra-est. hídrica | 3.610 | 1.504 | 728 | 0 | 1.378 | 0 |
| TOTAL | 7.662 | 2.112 | 2.450 | 1.675 | 1.421 | 4 |

AGRICULTURA

Nos últimos quinze anos, a agricultura brasileira apresentou crescimento médio anual superior ao da economia brasileira em seu conjunto. Cumpriu, de fato, importante papel para o atendimento da demanda interna, a estabilização de preços e a geração de emprego e de divisas. Esse desempenho foi alcançado, basicamente, através de ganhos de produtividade. Recentemente, a agricultura tem representado a verdadeira "âncora verde" do Plano Real.

Num país como o Brasil, que possui as maiores reservas de terras aptas à agricultura do mundo, a agricultura deverá continuar cumprindo papel fundamental para o crescimento da produção, a redistribuição de renda e o resgate da dívida social.

As ações do Governo Federal e os instrumentos de política agrícola terão que ser ajustados de forma a propiciar soluções para os problemas estruturais, levando em conta o fato de que o Estado deixou de ser um agente que concentra poupança e distribui crédito abundante. O desafio da política agrícola é tentar atingir os objetivos de, simultaneamente, manter o

PRINCIPAIS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA EM PARCERIA COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

| | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| AÇUDE SALINAS (PI) | BARRAGEM DO JENIPEPEIRO (PB) |
| AÇUDE ALGODÃO (PI) | AÇUDE PELO SINAL (PB) |
| AÇUDE ALGODÕES II (PI) | AÇUDE VÁRZEA GRANDE (PB) |
| AÇUDE SALGADINHO (PI) | ADUTORA DE SOUZA (PB) |
| BARRAGEM CORREDORES (PI) | BARRAGEM JUNDIAÍ-MIRIM (PB) |
| BARRAGEM PEDRA REDONDA (PI) | BARRAGEM DO JUCAZINHO (PE) |
| BARRAGEM DO ESTREITO (PI) | CANAL ARCO IRIS (PE) |
| AÇUDE PAULA PESSOA (CE) | ADUTORA DO OESTE (PE) |
| AÇUDE FARIAS BUTO (CE) | ADUTORA MOXOTÓ/ARCOVERDE (PE) |
| AÇUDE POÇO DO BENTO (CE) | CANAL ITAPARICA (PE/AL) |
| AÇUDE LAGOA NOVA (CE) | CANAL SOBRADINHO/ |
| AÇUDE SALITRE (CE) | PESQUEIRA (PE/BA) |
| AÇUDE JENIPEPEIRO II (CE) | BARRAGEM VERDE GRANDE (MG) |
| AÇUDE ARNEIROZ (CE) | BARRAGEM SÍTIO NOVO (MG) |
| BARRAGEM DO CASTANHÃO (CE) | BARRAGEM POÇO DO MAGRO (MG) |
| BARRAGEM DE OITICICA (RN) | BARRAGEM CHAPÉU D'UVAS (MG) |
| BARRAGEM DE STA CRUZ (RN) | ADUTORA JANUÁRIA (MG) |
| BARRAGEM DE UMARI (RN) | BARRAGEM SILVANIA (GO) |
| ADUTORA SERJÃO CENTRAL (RN) | BARRAGEM ARROIO QUEBRAXO (RS) |
| | AÇUDE TRUVISCO (BA) |

Para os projetos e ações da área de recursos hídricos estão previstos nos próximos quatro anos investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 7,7 bilhões* a serem financiados com recursos fiscais, financiamentos externos e internos e com recursos de Estados, Municípios e do setor privado, conforme mostrado na próxima tabela.

PRINCIPAIS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO SOB NOVO MODELO DE GESTÃO

PASSARÃO (RR)
ARAGUATINS (TO)
PLATÔ DE GUADALUPE (PI)
PIRACURUCA (PI)
TABULEIROS SÃO BERNARDO (MA)
CARNAÚBAS (CE)
POÇO REDONDO (PB)
PONTAL SUL/NORTE (PE)
PONTAL/SOBRADINHO (PE)
GRAVATÁ (PE)
MARITUBA (AL)
XINGÓ (AL)
PINDORAMA (AL)

MOXOTÓ (AL)
JACARECICA (SE)
BAIXIO DO IRECÊ (BA)
ANGICAL (BA)
VALE DO IUIÚ (BA)
SERRA DO RAMALHO (BA)
CORRENTINA (BA)
JABORANDI (BA)
SALITRE (BA)
CRUZ DAS ALMAS (BA)
JEQUITAI (MG)
BAIXO PARAÍBA DO SUL (RJ)
CAMPOS NEUTRAIS (RS)

As obras novas de infra-estrutura hídrica, a serem implantadas em grande medida no Nordeste, pressupõem que a União assuma 60% dos investimentos (sendo parte financiada com créditos externos) sendo o restante de responsabilidade dos Estados e Municípios interessados. Tais obras poderão gerar 10.672 milhões de m³ de capacidade de acumulação de água. Os principais projetos nessa modalidade de gestão/parceria são os seguintes:

Com relação à infra-estrutura hídrica, a concentração dos esforços do Governo para concluir obras representará mais 4 açudes, com 366 milhões de m³ de capacidade de acumulação de água; 4 barragens, com capacidade de acumulação de 166 milhões de m³; e 2 adutoras, fundamentais para 36 municípios da região Nordeste. As principais obras são as seguintes:

PRINCIPAIS PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA COM ELEVADO GRAU DE EXECUÇÃO

AÇUDE JENIPAPO (PI)
AÇUDE OLHO D'ÁGUA (CE)
AÇUDE BELO JARDIM (PE)
BARRAGEM BRUSCAS (PB)
BARRAGEM RIO CANOAS (PB)

ADUTORA DO AGRESTE (AL)
ADUTORA PÃO-DE-AÇÚCAR (AL)
BARRAGEM RIACHO DA EMA (BA)
AÇUDE RIACHO DO PAULO (BA)
BARRAGEM ZABUMBÃO (BA)

Face ao esgotamento da capacidade de investimento do Governo Federal, é necessário estabelecer também um modelo adequado de financiamento e gestão dos projetos de irrigação e de obras hídricas, no qual os Estados, Municípios e iniciativa privada tenham papéis relevantes. Nesse novo modelo, a União, os Estados e os Municípios devem cobrir 50% dos recursos (inclusive mediante captação de financiamentos externos). O setor privado entraria com o restante, financiado pelo BNDES e pelo BNB. Com isso, nos próximos quatro anos poder-se-á ampliar a área irrigada em 430.421 ha. Para implantar esse novo modelo de gestão é fundamental a alteração da Lei de Irrigação (Lei nº 6.662, de 25.06.79).

SANEAMENTO

Apesar dos avanços obtidos no saneamento urbano ao longo das últimas décadas, este setor convive, ainda, com sérias dificuldades institucionais, financeiras e operacionais. Tais dificuldades advêm da exaustão do modelo de financiamento anteriormente predominante e da inexistência de uma política para o setor. O grande desafio é reorganizá-lo, com vistas à sua operação em um ambiente marcado pela escassez de recursos fiscais.

A abertura de um novo ciclo de crescimento no País reforça a necessidade de investimentos em infra-estrutura urbana, especialmente os voltados ao saneamento ambiental, que são essenciais, também, para a redução das desigualdades sociais.

A Política Nacional de Saneamento obedecerá às seguintes diretrizes:

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO

- descentralização das ações, reforçando o papel dos Estados, dos Municípios e setor privado;
 - participação dos diversos agentes envolvidos na gestão dos serviços;
 - flexibilização da prestação dos serviços, para atender às diversidades geográficas, sociais, e econômicas do País;
 - integração das ações de saneamento entre si e com outras políticas afins: desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente e recursos hídricos.;
 - abertura do setor para a área privada reunindo capacidade de gestão e possibilidade de financiamentos adicionais; e
 - fortalecimento da função regulatória do Estado sobre os prestadores de serviços
-

Os programas de saneamento voltam-se à ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final dos resíduos sólidos, às populações carentes de pequenos municípios e periferias de grandes cidades, com alta prioridade para as ações voltadas à redução da mortalidade infantil.

Na segunda vertente estão os programas e projetos direcionados à implantação, melhoria da qualidade dos serviços e modernização operacional e tecnológica do setor, bem como às ações de preservação dos mananciais e à gestão de resíduos sólidos.

Os investimentos a serem realizados, além de concorrerem para a melhoria da prestação de serviços, permitirão uma ampliação significativa de sua cobertura: universalização do abastecimento nas áreas urbanas, alterando-se os indicadores atuais de 86 % para 100 %; elevação dos níveis de coleta de esgotos nessas áreas, de 63 % para 80 % (rede pública e fossas sépticas); aumento da cobertura dos serviços de tratamento de esgotos para 40 %; e aumento da coleta de lixo de 78 % para 90 %.

Os principais projetos e ações nesse período de quatro anos são sintetizados no quadro a seguir.

PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS DE SANEAMENTO

MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO *

GESTÃO DO SISTEMA DE COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SANEAMENTO BÁSICO PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE NA INFÂNCIA

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROSANEAMENTO *

SANEAMENTO EM ÁREAS URBANAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA *

AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO (PROSEGE)

APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE QUALIDADE DAS ÁGUAS E COMBATE
DA POLUIÇÃO HÍDRICA (PQA)

* não consta do Projeto de Lei - a ser executado com recursos do FGTS, externos, dos Estados e Municípios

HABITAÇÃO

Estimativas mais recentes, baseadas nos resultados do último Censo Demográfico, apontam para a necessidade de 5 milhões de moradias, dois terços das quais nas zonas urbanas. Pouco mais de 60% dessa demanda por habitações na zona urbana está concentrada nos domicílios cujos chefes de família percebem até 2 salários mínimos, evidenciando a necessidade de políticas públicas destinadas a melhorar as condições de moradia para as populações de baixa renda.

No entanto, a política habitacional no Brasil tem se deparado com um conjunto de obstáculos estruturais, em que pese o fato de o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo-SBPE e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS terem financiado, nas últimas três décadas, mais de 5 milhões de novas unidades habitacionais. Dentre esses obstáculos de natureza estrutural, o mais importante tem sido a inflação, responsável por um enorme descompasso entre ativos e passivos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Este descompasso se traduz no elevado passivo do Fundo de Compensação das Variações Salariais-FCVS, cujo valor representa várias vezes o montante de investimentos em habitação popular do período.

A consolidação da estabilidade de preços é, portanto, a primeira pré-condição para uma nova política habitacional, pois a solução de grande parte dos problemas do setor pressupõe, necessariamente, a redução de incertezas quanto ao futuro, uma vez que o mercado é dependente de financiamentos de longo prazo.

As ações para a área habitacional do Governo Federal terão as seguintes orientações:

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES PARA A POLÍTICA HABITACIONAL

- melhoria das condições habitacionais das populações com rendimentos de até 3 salários mínimos, por meio da utilização de recursos do Orçamento da União e do FGTS, destinados a apoiar o Poder Público local (Estados, Distrito Federal e Municípios) na execução de programas habitacionais flexíveis, descentralizados e executados em parceria com a comunidade. Os recursos orçamentários da União serão utilizados, em conjunto com as contrapartidas das demais esferas de Governo, para subsidiar, de forma transparente, temporária e individualizada, parcela dos valores dos financiamentos com recursos do Fundo de Garantia;
 - programas específicos voltados para as populações com faixas de renda entre 3 e 12 salários mínimos, utilizando basicamente recursos do FGTS e de contrapartidas locais, quando for o caso, que permitam soluções para a aquisição ou melhoria de unidades habitacionais, do ponto de vista individual e de conjuntos de indivíduos. Dentre esses programas, destacam-se o de cartas de crédito e o de propriedade cooperativa; e
 - revisão do marco regulatório do setor habitacional, com o objetivo de reduzir os custos de acesso à moradia, seja pelo maior estímulo à oferta seja pelo decréscimo dos custos institucionais.
-

Estão previstas no PPA as seguintes ações na área de habitação:

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DA HABITAÇÃO

MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

ACESSO A FINANCIAMENTOS DE ALTERNATIVAS HABITACIONAIS ESPECIALMENTE PARA FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 12 SALÁRIOS-MÍNIMOS *

APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO E NORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

* não consta do Projeto de Lei - a ser executado com recursos do FGTS, externos, dos Estados e Municípios

DESENVOLVIMENTO URBANO

A Constituição Federal de 1988 definiu os papéis das três esferas de Governo na execução da política de desenvolvimento urbano. De acordo com a Carta Magna essa competência passou aos municípios, com base em diretrizes gerais fixadas em lei federal. A União cabe um papel predominantemente normativo, regulador e indutor das demais esferas de governo, mediante financiamento e prestação direta ou indireta dos serviços.

Assim, o Governo pretende instituir as diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano por meio da aprovação de um Projeto de Lei que disporá sobre os objetivos, os princípios e as diretrizes dessa política, além de definir as competências específicas das três esferas de governo em relação à matéria e dispor sobre o ordenamento institucional do setor. Paralelamente será acelerada a tramitação no Congresso de um substitutivo a projetos de lei que fixam normas gerais para a aplicação de instrumentos de regulação do uso do solo urbano.

O Governo Federal coordenará ações setoriais de habitação, saneamento ambiental, infra-estrutura, transportes e serviços urbanos, a fim de produzir ganhos de escala no equacionamento de problemas urbanos, especialmente os voltados às populações de baixa renda.

A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdades sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos. Para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, no período 1996-99, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do FGTS, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas específicas.

As principais ações de desenvolvimento urbano são as seguintes:

PRINCIPAIS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

ARTICULAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DAS REGIÕES METROPOLITANAS

DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

A implantação de projetos de transportes urbanos nas regiões metropolitanas críticas depende essencialmente do equacionamento financeiro desses investimentos. A alavancagem de financiamentos externos e internos em complementação aos recursos de contrapartida dos Estados e Municípios contará com o apoio do Governo Federal. O quadro a seguir apresenta os projetos que se enquadram nessa situação.

PROJETOS DE TRANSPORTE DE MASSA EM REGIÕES METROPOLITANAS CRÍTICAS *

SISTEMA TRONCAL SOBRE TRILHOS EM FORTALEZA (METROFOR)

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TROLEBUS DE RECIFE

TRANSPORTE PÚBLICO EM SALVADOR

* não constam do Projeto de Lei - recursos de financiamento e contrapartida estadual

PROJETOS DE TRANSPORTE DE MASSA EM REGIÕES METROPOLITANAS CRÍTICAS * (cont.)

CONCLUSÃO DA REDE BÁSICA DO TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

CONCLUSÃO DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL

METRÔ DO RIO - CONCLUSÃO DO TRECHO BOTAFOGO-COPACABANA E CONSOLIDAÇÃO DA REDE PRIORITÁRIA BÁSICA.

MODERNIZAÇÃO DOS TRENS DE SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO

CONCLUSÃO DA REFORMAS DE TRENS DA FLUMITRENS NO RIO DE JANEIRO

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VLT LIGANDO NITERÓI A SÃO GONÇALO

REVITALIZAÇÃO DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DA BAÍA DA GUANABARA

PROJETO LESTE DA CPTM EM SÃO PAULO

PROJETO CENTRO DA CPTM EM SÃO PAULO

MODERNIZAÇÃO DOS TRENS DE SUBÚRBIO DE SÃO PAULO

CONCLUSÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO DO METRÔ DE SÃO PAULO

MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE DO METRÔ DE SÃO PAULO

REORDENAMENTO DO CORREDOR ASSIS BRASIL EM PORTO ALEGRE

CONCLUSÃO DA REDE BÁSICA DO TREM METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE (TRENSURB)

* não constam do Projeto de Lei - recursos de financiamento e contrapartida estadual

TRABALHO

Nos anos recentes, sob o impacto da concorrência externa, as empresas têm procurado ajustar-se às novas exigências tecnológicas e de organização social do trabalho, levando a uma diminuição na elasticidade emprego-produto.

Os novos paradigmas tecnológicos e organizacionais são caracterizados pelo encurtamento dos ciclos de produção, inovação e negócios, bem como pelas mudanças na divisão vertical e horizontal do trabalho. Além disso, a informática e a telemática assumem o papel de tecnologias dominantes, exigindo polivalência e conhecimento dos trabalhadores como pré-requisitos dos novos processos organizacionais.

Esta nova realidade impõe a necessidade de introdução de um novo conceito, o de *empregabilidade*, ou os atributos que o trabalhador deve possuir para que aumente a probabilidade de manter o emprego ou de obter um outro de, pelo menos, igual nível de remuneração. Em decorrência, aumenta a importância dos requisitos de educação básica, formação profissional e de requalificação para preservar ou conquistar um posto de trabalho de boa qualidade.

A política de emprego deve privilegiar os segmentos mais atrasados da força de trabalho, por meio de políticas e reformas institucionais que facilitem o acesso dos pequenos produtores urbanos e rurais ao crédito, à tecnologia e à qualificação profissional.

Paralelamente, deve-se modernizar as relações de trabalho, com a introdução dos conceitos de contrato coletivo, contrato por tempo determinado e contrato por tempo parcial. Concluir a reforma da legislação trabalhista será objeto da ação governamental, envolvendo a revisão constitucional e modernização da legislação pertinente: nova organização sindical, novo código trabalhista, novas formas de negociação coletiva e novo papel da Justiça do Trabalho.

Nos próximos anos, o Governo Federal também investirá para melhorar o Sistema Nacional de Emprego, a fiscalização dos direitos do trabalhador e, além disso, serão implantados um sistema de qualificação e requalificação do trabalhador e estabelecidas linhas de crédito especiais para pequenos e micro empreendedores com recursos do FAT e do PIS/PASEP (geração de emprego e renda).

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DO TRABALHO

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR PARA MELHOR INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

MELHORIA DO FUNCIONAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO

ESTABELECIMENTO DE LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS PARA PEQUENOS E MICROEMPREENDEDORES COM RECURSOS DO FAT E DO PIS-PASEP (geração de emprego e renda)

CULTURA, JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA**CULTURA**

A Constituição Federal estabelece a competência do Estado em relação à cultura: garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, valorizar e incentivar a produção cultural, e preservar o patrimônio nacional, inclusive o das várias etnias e correntes civilizatórias que compõem a sociedade brasileira.

Segundo a Carta Magna, cabe aos três níveis de governo formular e operacionalizar a política que assegure os direitos culturais do cidadão, criar instrumentos de apoio à criação cultural e artística, ao acesso aos bens culturais e à sua distribuição, bem como a proteção, a preservação e a difusão do patrimônio cultural brasileiro. Esse patrimônio cultural compreende todos os bens formadores da identidade brasileira, que, em seu conjunto, constituem o que se denomina Cultura.

Apesar de sua importância, a área da cultura apresenta dificuldades em vista da exigüidade dos recursos e da falta de continuidade institucional. O longo período sem aporte e capacitação de recursos humanos, também tem comprometido a qualidade do serviço público.

Além do reduzido intercâmbio e da pouca comunicação entre as entidades que compõem o sistema nacional de cultura, a área cultural tem se ressentido de um certo isolamento dentro do conjunto das políticas públicas federais e da falta de aproveitamento de seu potencial para colaborar com as iniciativas nas áreas da educação, do desenvolvimento urbano e do turismo. Essa situação é contraditória com a lógica da moderna indústria cultural, que exige uma atuação mais determinada do Estado.

As políticas de incentivo à criação, produção e difusão das manifestações culturais a serem desenvolvidas pelo Estado brasileiro serão regidas pelo respeito às diversidades culturais do país, e orientadas pelos princípios de descentralização.

Embora não pretenda se transformar no grande produtor cultural do país, o Governo Federal não pode se omitir em relação à sua responsabilidade básica, que é a de traçar, em diálogo com a sociedade, os artistas e os produtores culturais, as grandes linhas da política cultural.

Cabe ao Estado coordenar essa política, e apoiar segmentos e iniciativas relevantes cujo funcionamento não se inscreve na lógica do mercado, ou que não interessam imediatamente ao patrocinador privado. É o caso, por exemplo, da preservação de certos bens culturais de grande importância mas escassa visibilidade, ou do apoio à criação cultural, muitas vezes contestadora do gosto estabelecido, e pouco assimilável comercialmente.

Parcerias com a iniciativa privada e organismos não governamentais são desejáveis para o programa de ações do Governo Federal. O Governo deve, igualmente, coordenar as políticas locais e regionais no País, mediante a formulação e a implantação de medidas abrangentes.

As principais ações da área da cultura são:

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DA CULTURA

ESTÍMULO À CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

FORTELECIMENTO DA MARCA BRASIL - INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS ARTES E CULTURA BRASILEIRAS

PRESERVAÇÃO, PROTEÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS NOS MUNICÍPIOS

JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

Os direitos e deveres inerentes à cidadania e à justiça têm sido, nos países mais desenvolvidos, conquistas efetuadas mediante um longo processo de evolução cultural e institucional. No Brasil os avanços têm sido significativos, apesar de parcela expressiva da população ainda não ter acesso aos direitos básicos da cidadania. O exercício da cidadania constitui o indutor de transformações que capacitarão o País, já consolidado em seu Estado de Direito, de atingir plenamente o seu Estado de Justiça.

No Brasil, ainda, é grande a demanda não atendida de justiça, afetando negativamente a vida das pessoas, fragilizando a crença na lei, na democracia e no Estado de Direito. O processo judiciário precisa ser revisto, sob a inspiração de uma iniciativa civil mais dinâmica, bem como de uma jurisprudência mais flexível, que permita sua desburocratização.

Também o desporto será incorporado ao esforço governamental de valorizar a cidadania pela inclusão de amplos setores da população dele privado. O fortalecimento da cidadania e dos valores nacionais faz parte de um processo permanente junto à sociedade, onde a cultura e o desporto têm expressão importante na formação dos futuros cidadãos.

A questão da segurança no Brasil é merecedora de atenção especial dos três níveis de governo, pois vem afetando sobremaneira a vida do conjunto da população, especialmente nos grandes centros urbanos. Em algumas áreas, criou-se o círculo vicioso

insegurança - esvaziamento econômico - aumento da miséria e da pobreza - aumento da insegurança.

O fortalecimento da cidadania também se dá pelo aperfeiçoamento dos instrumentos democráticos do País. No campo da realização de eleições, pode-se avançar na redução das fraudes e, adicionalmente, conferir maior agilidade ao processo como um todo, facilitando ao cidadão o cumprimento do dever cívico.

Estão previstas as seguintes ações principais no campo da justiça, segurança e cidadania:

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DA JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

IMPLANTAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AUTOMAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PELA AÇÃO DESPORTIVA COMUNITÁRIA

PRÓ-AMAZÔNIA - POLÍCIA FEDERAL NA AMAZÔNIA LEGAL

MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

Para as ações e projetos da cultura, justiça, segurança e cidadania estão previstos investimentos e dispêndios da ordem de *RS 3,8 bilhões*, a serem financiados com recursos fiscais, financiamentos externos e internos e com recursos de Estados, Municípios e do setor privado, conforme mostrado na tabela a seguir.

TABELA 9
CULTURA, JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

R\$ milhões

| discriminação | total | fontes de financiamento | | | | |
|---------------|--------------|-------------------------|------------|------------|-------------|-----------|
| | | fiscal | externo | privado | est./munic. | outros |
| cultura | 546 | 371 | 12 | 134 | 22 | 6 |
| justiça | 1.501 | 1.255 | 154 | 14 | 73 | 5 |
| segurança | 826 | 521 | 305 | 0 | 0 | 0 |
| desporto | 975 | 385 | 248 | 165 | 177 | 0 |
| TOTAL | 3.847 | 2.532 | 719 | 313 | 272 | 11 |

ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uma das grandes tarefas dos anos noventa é reconstruir o Estado brasileiro, mediante a recuperação da poupança pública e o conseqüente resgate da sua autonomia financeira. É imprescindível manter a estabilidade da moeda, bem como reavaliar as formas de intervenção no plano econômico e social. Só através da superação da crise do Estado será possível a retomada do desenvolvimento.

O Estado deve deixar de ser responsável direto pelo desenvolvimento, para se tornar seu promotor e regulador. Através da abertura comercial abandona-se a estratégia protecionista da substituição de importações. Através do programa de desestatização, reconhece-se a crise fiscal, expressa na limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada por intermédio das empresas estatais.

A reforma do Estado é um projeto amplo que diz respeito às várias áreas do Governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira.

É necessário reconstruir o Estado para que ele exerça suas funções de garantidor da propriedade e dos contratos e seu papel complementar ao mercado na coordenação da

economia e na promoção de uma maior igualdade social. A reforma do Estado permitirá que seu núcleo central tome decisões mais efetivas e que seus serviços sejam prestados mais eficientemente. Reformar o aparelho do Estado, por outro lado, significa garantir a esse aparelho maior governabilidade, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e as políticas públicas. Significa melhorar não apenas a organização e o pessoal do Estado, mas também suas finanças e seu sistema institucional-legal.

PRINCIPAIS OBJETIVOS NA ÁREA DE ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- aumentar a capacidade de governar com efetividade e eficiência;
 - limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, abrindo os serviços competitivos para a propriedade pública não-estatal e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada;
 - modernizar a administração burocrática, mediante uma política de carreiras, concursos anuais, treinamento, uma efetiva administração salarial, ao mesmo tempo que se introduz no sistema burocrático uma cultura gerencial baseada na avaliação do desempenho;
 - aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços sociais, atendendo melhor ao cidadão a um custo menor;
 - substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle *a priori* dos processos, para a administração pública gerencial, baseada no controle *a posterior* dos resultados e na competição administrada; e
 - reservar a propriedade estatal para o setor de serviços monopolísticos, e facilitar a transferência do setor de serviços competitivos para a propriedade pública não estatal.
-

Para as ações e projetos na área do Estado e da administração pública estão previstos, nos próximos quatro anos, investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 2,6 bilhões* a serem financiados com recursos fiscais, recursos privados e financiamentos externos, conforme mostrado na tabela a seguir.

TABELA 10
ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

R\$ milhões

| discriminação | total | fiscal | fontes de financiamento | | | |
|--------------------------|-------|--------|-------------------------|---------|-------------|--------|
| | | | externo | privado | est./munic. | outros |
| Estado & adm. | 2.616 | 1.853 | 233 | 1 | 0 | 529 |
| TOTAL | 2.616 | 1.853 | 233 | 1 | 0 | 529 |

DEFESA NACIONAL

A atuação do Estado brasileiro na área da defesa tem como fundamento resguardar o território nacional e garantir a inviolabilidade das fronteiras, em tempos de paz e em situações de conflito. É natural que se dê atenção à defesa do Estado democrático, com vistas à segurança para a obtenção dos objetivos e dos interesses nacionais.

A evolução internacional, neste final de século, tem se caracterizado por mudanças abruptas e surpreendentes, rompendo quadros de referência tradicionais - por exemplo, o fim da guerra fria e do socialismo de Estado - e tornando mais difícil fazer previsões que auxiliem a formulação de políticas de governo. Além disso, nesse contexto de mudanças, o Brasil, nos últimos anos, tem vivido uma conjuntura econômica difícil com reflexos na capacidade operacional das Forças Armadas.

No período do PPA, o Governo concentrará esforços nas atividades que sejam modernizadoras das Forças Armadas, envolvendo investimentos em meios de combate modernos, em tecnologia e em sistemas logísticos integrados. Em especial, será estruturado um Núcleo de Força Militar dotado de vetores de modernidade e de poder dissuasório, capaz de atender, com presteza e eficácia, a eventuais ameaças à soberania nacional e ao cumprimento das responsabilidades constitucionais

Também importante será o fortalecimento da presença militar na Amazônia, através da rearticulação e reorganização das forças terrestres, no sentido de dar prioridade a essa região no planejamento estratégico das Forças Armadas, consoante com as políticas governamentais.

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE DEFESA NACIONAL

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES POR SATÉLITE

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE

ESTRUTURAÇÃO DE FORÇA DE PAZ PERMANENTE

REFORÇO DA PRESENÇA MILITAR NA AMAZÔNIA

ESTRUTURAÇÃO DE FORÇA DE PRONTO EMPREGO NO EXÉRCITO E NA MARINHA

RÉVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

AUMENTO DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE DEFESA AÉREA

INTRODUÇÃO DE VETORES DE MODERNIDADE NA FORÇA TERRESTRE

Para as ações da área de defesa nacional estão previstos, para os próximos quatro anos investimentos e dispêndios da ordem de *R\$ 10,6 bilhões* a serem financiados com recursos fiscais e financiamentos externos, conforme mostrado na tabela a seguir.

TABELA 11
DEFESA NACIONAL

| discriminação | custo total | fiscal | fontes de financiamento | | | |
|-----------------|-------------|--------|-------------------------|---------|-------------|--------|
| | | | externo | privado | est./munic. | outros |
| defesa nacional | 10.569 | 8.197 | 2.102 | 0 | 183 | 87 |
| TOTAL | 10.569 | 8.197 | 2.102 | 0 | 183 | 87 |

R\$ milhões

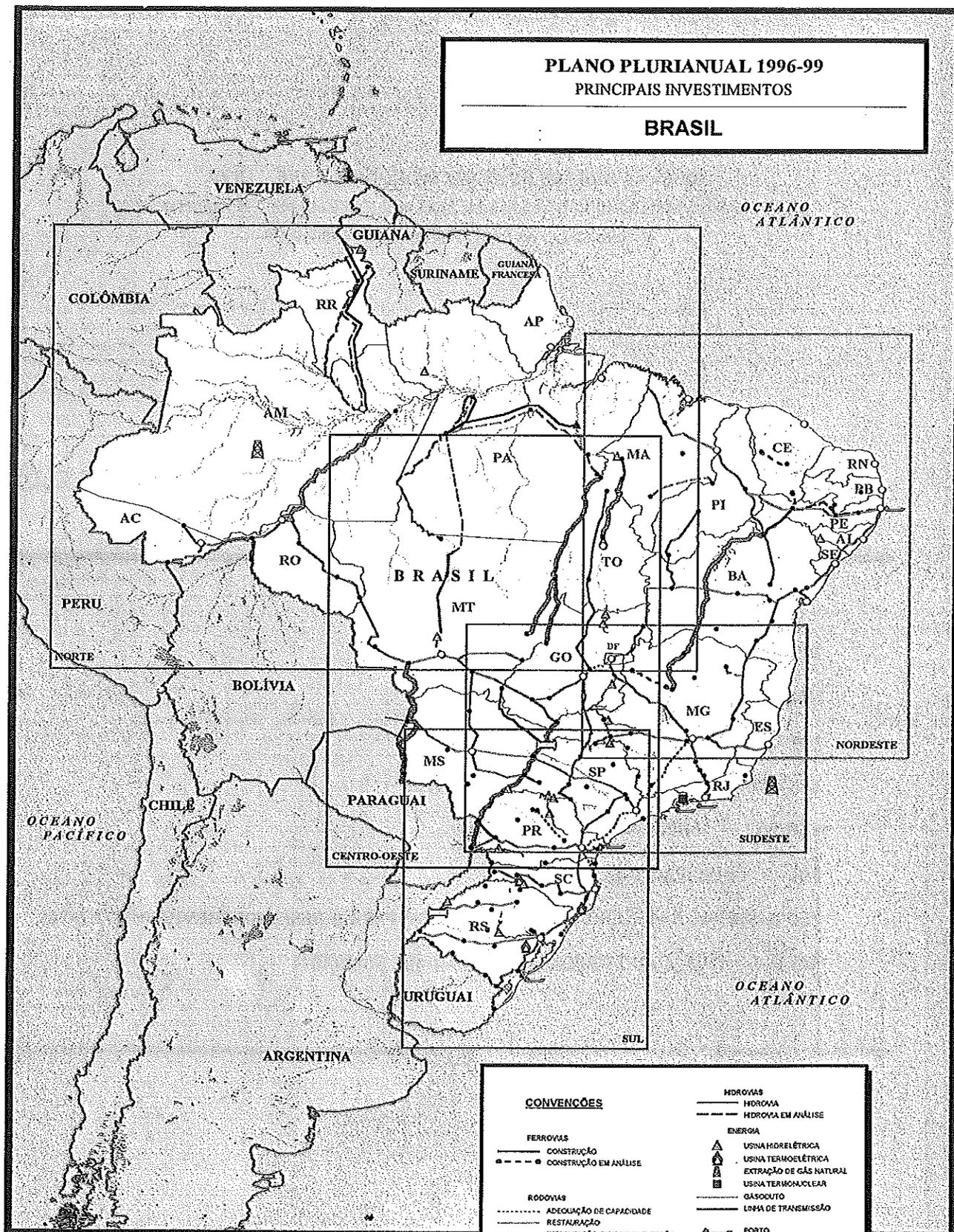
AÇÕES E PROJETOS DO PLANO PLURIANUAL 1996 - 1999
Anexo à Mensagem Presidencial que encaminha ao Congresso Nacional o
Projeto de Lei do Plano Plurianual de 1996-1999

APÊNDICE (mapas)

BRASIL - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
NORTE - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
NORDESTE - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
CENTRO-OESTE - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
SUDESTE - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
SUL - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
ECOSSISTEMAS BRASILEIROS - REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

PLANO PLURIANUAL 1996-99
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

BRASIL

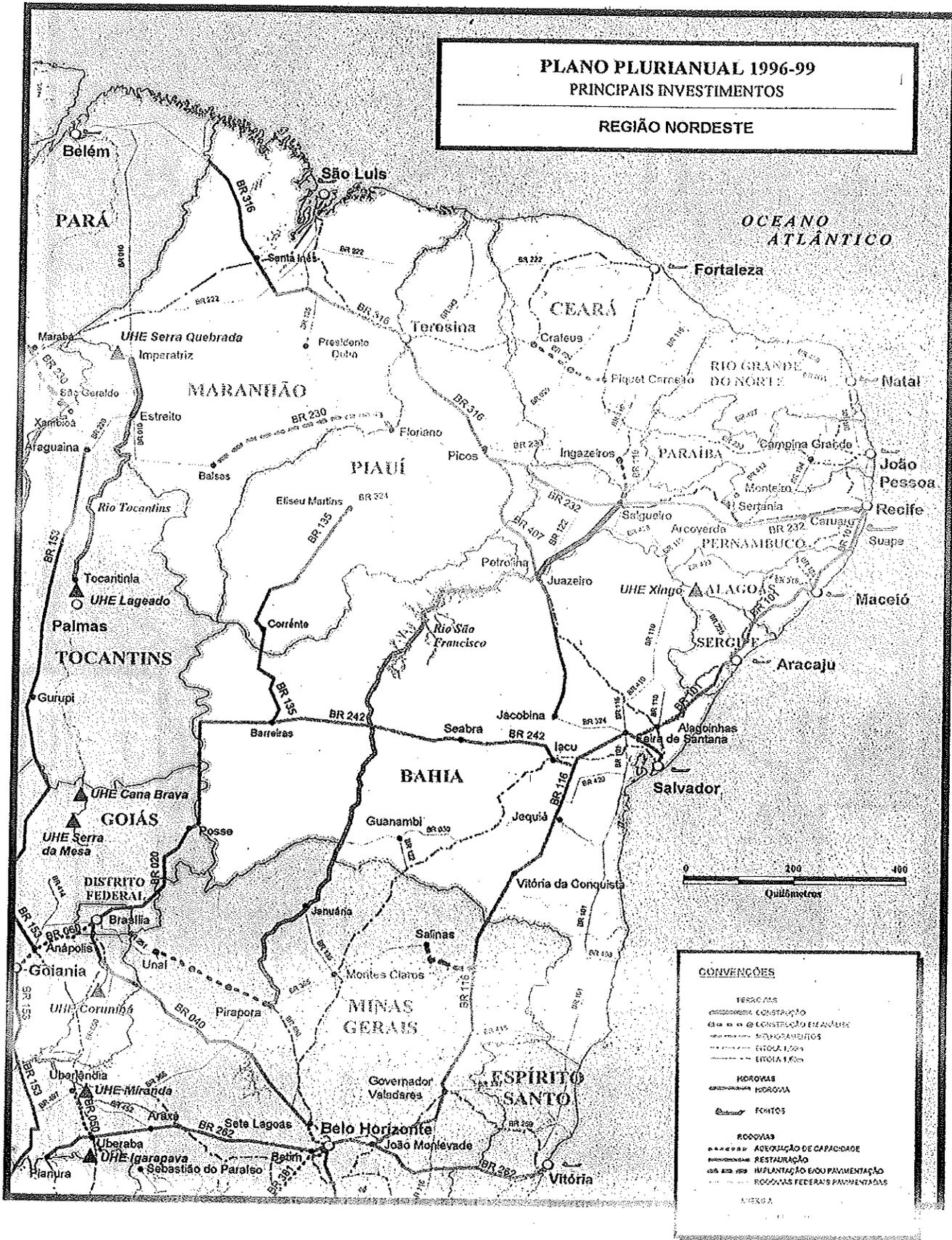


CONVENÇÕES

- | | | | |
|---|--|---|--|
| <p>FERROVIAS</p> <p>— CONSTRUÇÃO</p> <p>—•— CONSTRUÇÃO EM ANÁLISE</p> | | <p>ENERGIA</p> <p>▲ USINA HIDRELÉTRICA</p> <p>▲ USINA TERMOELÉTRICA</p> <p>▲ EXTRAÇÃO DE GÁS NATURAL</p> <p>■ USINA TERMONUCLEAR</p> <p>— GASODUTO</p> <p>— LINHA DE TRANSMISSÃO</p> | |
| <p>RODOVIAS</p> <p>— ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE</p> <p>— RESTAURAÇÃO</p> <p>— IMPLANTAÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO</p> <p>—•— IMPLANTAÇÃO EM ANÁLISE</p> | | <p>— HIDROVIA</p> <p>—•— HIDROVIA EM ANÁLISE</p> <p>▲ PORTO</p> <p>—•— PONTE</p> | |

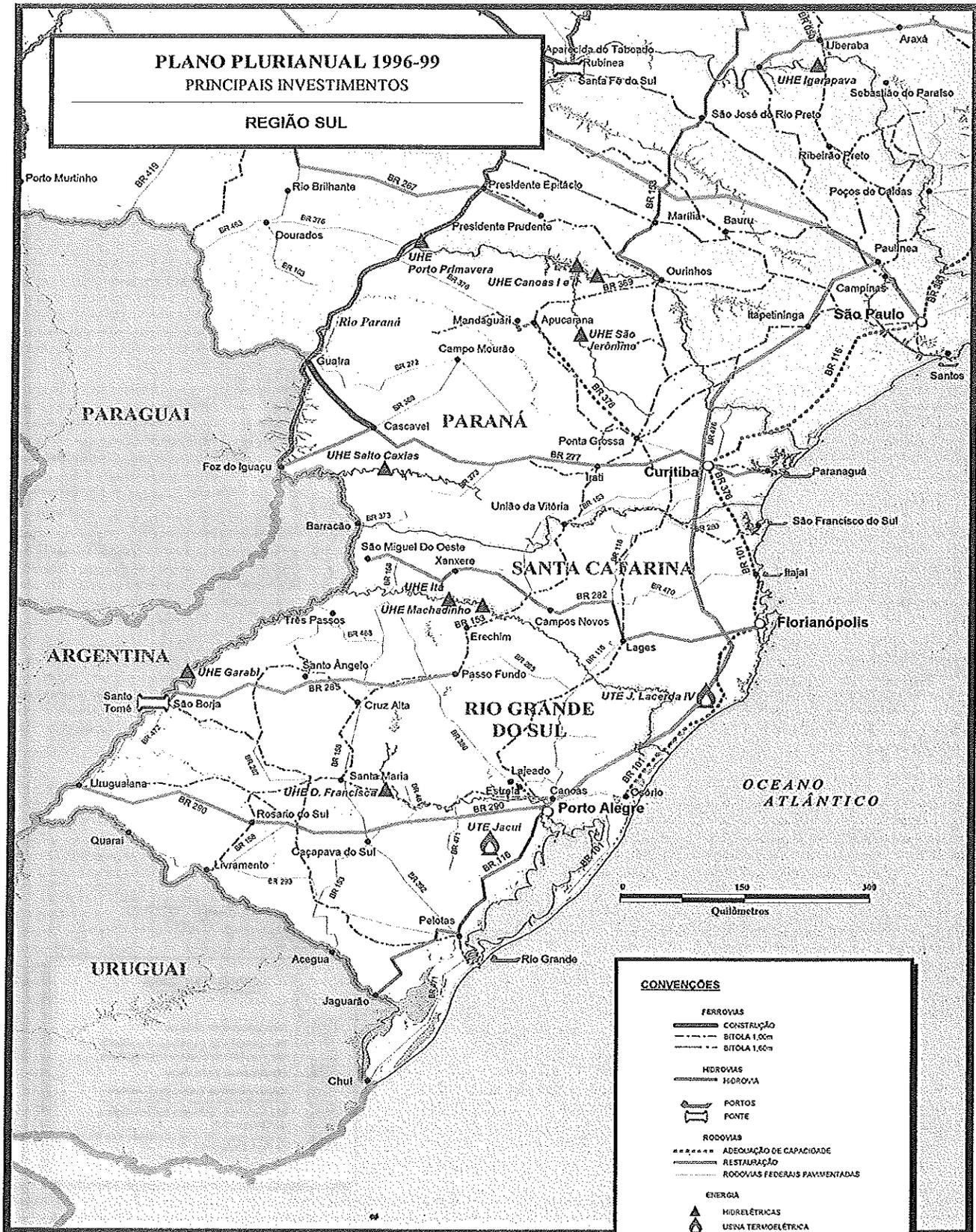
PLANO PLURIANUAL 1996-99
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

REGIÃO NORDESTE



PLANO PLURIANUAL 1996-99
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

REGIÃO SUL



CONVENÇÕES

- FERROVIAS**
 - CONSTRUÇÃO
 - BITOLA 1,00m
 - BITOLA 1,60m
- HIĐROVIAS**
 - HIĐROVIA
- PORTOS**
- PONTE**
- RODOVIAS**
 - ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE
 - RESTAURAÇÃO
 - RODOVIAS FEDERAIS PAVIMENTADAS
- ENERGIA**
 - HIĐRELÉTRICAS
 - USINA TERMOELÉTRICA
 - GASODUTO

PLANO PLURIANUAL 1996-99
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

ECOSSISTEMAS BRASILEIROS:
REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



